



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 20/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2016/09/23**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 34 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- José Miguel Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído por António Soutulho.
- Rui José Gomes Ramalhosa, Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, substituído por João Fernando Rua Catarino.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Ana Patricia Verde Moreira.
- José Luis da Fonte Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Clemente Gonçalves Pires.



Assembleia Municipal de Caminha

- Hugo Martins, eleito pelo Partido Socialista, substituído por João Alberto Nicolau Martins Correia.
- Manuel Pereira Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Rosa Maria Gonçalves Santos.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 09 de junho 2016;
- c) – Aprovação da ata da sessão de 30 de junho 2016;
- d) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- e) – Projeto de Requalificação do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora – 2ª Fase – Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e respetiva Abertura de Procedimento;
- f) – Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, entre o Ministério da Educação e o Município de Caminha;
- g) – Implementação de Sinalética nos Entroncamentos da Zona Empresarial das Laboradas com a Estrada da Trindade na Freguesia de Âncora;



Assembleia Municipal de Caminha

h) –Implementação de Sinalética Vertical- Freguesia de Argela.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor José Manuel Presa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que:

A sua intervenção nesta assembleia relaciona-se com o PDM em fase de discussão pública:

“Em primeiro lugar quero salientar que o PDM em causa não permite o desenvolvimento do Concelho, mas sim mais do mesmo, a estagnação do concelho, bem como o aumento da desertificação.

UOPG 12 – CAMBOAS:

Há cerca de 25 anos, eu Jorge Meira e João Rodrigues Afonso propuseram, ao presidente da câmara, a elaboração do plano de pormenor que posteriormente seria oferecido à Câmara.

A nossa proposta foi aceite.

Mais tarde e com o plano em curso fomos informados de que a Câmara não podia aceitar o plano e que o mesmo não servia para nada.

O plano previa um hotel, os banhos quentes (que funcionaram durante décadas em Vila Praia de Ancora em que as pessoas iam buscar água ao mar com cântaros), a talassoterapia, o ténis, a piscina de marés, etc.

Decorridos mais uns tempos surge o PDM, o qual considerava aquela zona como terreno de construção.

O Sr. Ministro de então, indeferiu aquela zona como construtiva, porque se tratava duma zona erosiva.

Prova evidente do desconhecimento ou provavelmente tinha dificuldade em ler as cartas e confundiu Camboas com o pinhal da Gelfa.

Entretanto surge o POC. Zona construtiva sujeita a plano de pormenor.



Assembleia Municipal de Caminha

Em 2010 entregamos uma proposta subscrita por alguns proprietários dos terrenos das Camboas.

Seis anos depois continuamos à espera.

Segundo informações o Plano de Pormenor está em curso.

Como surpresa o PDM em discussão pública considera aquela área como terreno agrícola.

Diz o regulamento que o plano de pormenor é da iniciativa da Câmara com a cooperação dos particulares art.º 150 do RJIGT).

Gostaria que informasse esta assembleia quais os proprietários que cooperaram.

QUINTA DOS MEUS PAIS:

No PDM a área confinante com os caminhos é construtiva.

Há longos meses pedimos à Câmara o destacamento duma parcela com cerca de 2500m² para fazer acerto de partilhas e construir uma ou duas moradias.

O PDM em discussão pública considera toda a zona que era construtiva em agrícola, incluindo a casa da minha sobrinha, a qual está construída há mais de uma década.

Nós fizemos partilhas há cerca de oito anos com base no PDM.

Perante este cenário alguns herdeiros ficarão prejudicados em dezenas ou centenas de milhares euros.

Será que não há responsáveis?

Tem que haver.

LUGAR DA PONTE RIBA DE ANCORA:

Terreno junto ao rio Ancora em que prevê uma faixa de cerca de 20 metros como terreno construtivo

Durante o período de apresentação e sugestões na junta de freguesia solicitei ao Sr. Presidente Paulo Alvarenga, no sentido abordar junto dos responsáveis da Câmara de Caminha, para que fosse considerada esta zona em área de turismo e lazer.

Como já previa foi negativa.



Assembleia Municipal de Caminha

O PDM em discussão pública considera toda a área em terreno agrícola, (7.300m²) incluindo a casa que está concluída, a piscina (aguardar certificações para que seja emitida a licença de utilização) e todas as pré-existências casa principal 420,00m², os anexos e alambique 185,00m² e o moinho com 87,00m²

Posso dizer que já estão investidos naquela propriedade cerca de 700.000,00€.

A nossa intenção era construir um complexo turístico com várias vertentes o que seria uma mais-valia para o concelho.

O investimento será sempre superior a 500.000,00€.

Uma das vertentes é do conhecimento do Sr. Presidente de Câmara, que pôs como condição que a empresa ficasse sediada no concelho de Caminha.

Como é do conhecimento geral boas palavras à político, mas depois de sair a porta o investidor, o Sr. Presidente esquece rapidamente.

Mais uma que em princípio morreu no concelho, a qual traria centenas de pessoas durante todo o ano.

O turismo no concelho de Caminha é apenas dois meses. Os dez que restam, são apenas para sobreviver e gastar o que amealharam em dois.

Saliento que situações como estas abordadas existem várias no vale do Ancora e em todo o concelho.

Apenas trabalhei o vale do Ancora

Sr. Presidente;

Qual a gestão estratégica deste PDM para o concelho de Caminha?

Perante a minha análise o PDM não evoca nenhuma, apenas mais do mesmo, acrescido de milhões de euros de prejuízo para inúmeros investidores/proprietários.

Será que está escondida?

Onde estão os espaços destinados a turismo e lazer?

Exemplo:

Minicampos de golfe;

Unidades turísticas;

Tiro aos pratos;

Tiro aos pombos;



Assembleia Municipal de Caminha

Trilhos;

Piscina de marés;

Etc.

O PDM demonstra a ampliação de áreas de terrenos destinados à agrícolas e pinhal conforme se pode verificar neste mapa.

Será que o executivo em funções tem na manga empresas que estão predispostas apostar na agricultura e criar centenas de empregos no concelho?

Também gostaria que o Sr. Presidente informasse esta assembleia a razão da via de comunicação (UOPG 15 (qualificação do solo pinhal) mencionada no PDM atravessar o pinhal da Areia.

Será que é mais uma para mostrar aos eleitores que altera alguma coisa no concelho?

Ou será que está a pensar classificar como monumento o castelo/moradia do Sr. Eugénio Parente, o que permite os turistas visitarem e não se perderem?

Tenho muita dificuldade em entender a razão desta via.

Sr. Presidente;

Gostaria que informasse esta assembleia e todos os eleitores do concelho, a razão por que consideram no PDM em revisão área construtiva, a antiga sede da junta e o polidesportivo de Riba de Ancora e agrícola os terrenos adjacentes a Norte e a Sul com casas construídas há vários anos.

Sr. Presidente;

Perante todo este cenário se fosse empresário o senhor investia neste Concelho em qualquer sector?

Perante a minha análise deste PDM, o mesmo não serve o concelho, apenas poderá ser meramente político porque estamos a cerca de um ano das eleições”.

A **Senhora Ana Lages**, saudou todos os presentes e disse que esta sua intervenção é dirigida para o Senhor Presidente e para o Senhor Vereador Guilherme Lagido, e disse que no dia 25 de abril ausentou-se de casa e quando regressou no dia 27 de abril se deparou com um monta cargas, pois não se trata



Assembleia Municipal de Caminha

sequer de um elevador, logo de imediato chamou a GNR e dirigiu-se à Câmara Municipal de Caminha, onde solicitou uma fiscalização ao local, mas, não apareceu nenhuma fiscalização no local, e nesse mesmo dia o marido da Senhora tirou uns documentos que lá estavam e a indicação que lhe deram na Câmara é que não havia projeto, logo, estava ilegal. Disse ainda a Senhora Ana Lages que uma vez que estava ilegal, foi à reunião de Câmara de 13 de abril e solicitou ao Senhor Presidente que a esclarecesse daquilo que se estava a passar e no momento o Senhor Presidente solicitou a um técnico que explicasse. Disse ainda a Senhora Ana Lages que quando comprou o apartamento em 2003 não existia projeto para elevador, e como lhe foi referido pelo Senhor Vereador Guilherme Lagido que aquilo estava ilegal, então, a Senhora Ana Lages pergunta, uma vez que estava ilegal o porquê de ainda não se tomarem medidas para dar uma solução, pois já desde abril que procura soluções. Disse ainda a Senhora Ana Lages que está nesta reunião ao Senhor Presidente da Câmara, porque tem um empréstimo, e pergunta também como é possível um projeto andar tão rápido, porque o advogado Artur Pinto requereu a 17 fevereiro, informações, e teve despacho da Câmara a 01 de abril, assinado por António José Neiva, e depois saiu da Câmara a 09 de maio. Disse ainda a Senhora Ana Lages que o marido, deveria ali estar, mas como se encontra doente com uma depressão por causa de todo este processo, logo, solicita que lhe seja passada uma declaração para entregar ao seguro, porque colocaram uma caixa de eletricidade junto do monta cargas, a qual deveria estar colocada com distancia, conforme a lei refere, e aquilo que a leva a estar ali é para defender aquilo que tem, porque se existe ali um incêndio o mal é dela, porque, como se diz são pobrinhos.

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e de seguida disse que segundo o Regimento este é um momento de interpelação à mesa da Assembleia e não à Câmara Municipal, esse momento é nas reuniões de Câmara, logo, ficam



Assembleia Municipal de Caminha

sempre neste embaraço relativamente a essa matéria, porque recorrentemente o Senhor Presidente da Mesa lhes coloca essa questão, e desse modo também não vamos dizer que não iremos esclarecer nada, mas de facto isto é uma interpelação à Assembleia e desde já agradece e que noutro momento futuro pudesse rever essa situação.

Relativamente à primeira intervenção e como essa questão foi informada, disse o Senhor Presidente que como se está no momento do debate publico da proposta do PDM, e como se deve fazer nestas Assembleias, nos momentos de debates que a própria Câmara Municipal está a promover, no debate com os técnicos da Câmara, mas sobretudo nas reclamações a apresentar, porque mesmo que cada uma das questões que ali foram apresentadas individualmente tenham razão de ser e mesmo que se estive convencido dessa razão, se não houver uma reclamação formal ela não poderá ser atendida, logo, o local próprio está na reclamação para que se possa esclarecer. Disse ainda o Senhor Presidente que algumas das coisas que ali foram evidenciadas umas estarão certas, outras não, como por exemplo, relativamente à questão das Camboas aquilo que se ouviu não tem ligação com aquilo que é a realidade da proposta do PDM, logo, aquilo que rogávamos ao cidadão que ali esteve presente, seria para que se dirigisse à Câmara Municipal para que esclarecesse se essas dúvidas são mesmo assim, e em segundo lugar para que fizesse reclamação por escrito, para que desse modo elas sejam tidas em conta e respondidas.

Quanto à segunda intervenção, disse o Senhor Presidente que a Senhora Ana Lages se tem dirigido à Câmara Municipal, apresentou uma reclamação relativamente à possibilidade e alegação de que está em causa uma obra ilegal que tem a ver com o elevador que a Senhora refere, informando o Senhor Presidente que foram notificadas ambas as partes relativamente a essa matéria para se pronunciarem sobre essa matéria, chegando já documentação, com indicação de uma posição contrária sobre aquilo que a Senhora referiu, à alegação de legalidade, nomeadamente com atas de assembleias gerais sendo a última de agosto de 2015 e uma série de documentação que vai até 79 e os serviços vão



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

analisar aquilo que lhes compete analisar, a reclamação da Senhora e a alegação daqueles que responderam, portanto com todos estes documentos que deram entrada em setembro de 2016 nos serviços da Câmara, haverá a possibilidade de comunicar por escrito, como sempre foi referido e posteriormente a Senhora Ana Lages terá o direito de se pronunciar novamente sobre a decisão tomada.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da receção da Moção: "Em 2013, o governo PSD/CDS promoveu a revisão do Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo, através do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que veio criar um novo enquadramento para a celebração de contratos de associação entre cada escola privada e cooperativa e o Ministério da Educação."

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta do Governo à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre "Acordos de cooperação entre o Instituto de Segurança Social de Viana do Castelo e as Instituições Particulares de Solidariedade Social".

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta do Governo à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, através do Ministério da Saúde, sobre "Financiamento da Unidade Local de Saúde do Alto Minho".

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da pergunta dirigida pela Deputada Carla Cruz ao Governo, através



Assembleia Municipal de Caminha

do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a “Situação dos ex-trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo”.

- Exposição e abaixo assinado referente ao IV Triatlo Longo de Caminha-2016
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da pergunta dirigida pelas Deputadas Carla Cruz, Ana Virgínia Pereira e Ana Mesquita ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Educação, sobre “Situação dos trabalhadores não docentes e docentes da Cooperativa Ancorensis de Ensino na sequência do encerramento da Instituição”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, informou que foi entregue à mesa uma Moção apresentada pelos Senhores Deputados do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária.

De seguida o Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro leu a seguinte Moção:

“Reconhecimento às Corporações de Bombeiros, Sapadores florestais e populações:

A passagem deste Verão veio demonstrar, mais uma vez, que os problemas estruturais da floresta portuguesa estão longe de estar resolvidos. O espaço florestal do concelho de Caminha é disso um exemplo, tendo vindo a ser fustigado pelo flagelo das chamas, afetando fortemente o nosso património florestal, paisagístico e rural.

Perante o crescer do número de ocorrências, da dimensão e duração de alguns dos incêndios florestais verificados este ano, não podem os responsáveis políticos, tal como no passado, invocar as condições meteorológicas adversas e os incendiários para justificar a situação, ocultando-se a causa essencial e central dos incêndios florestais: o estado da floresta portuguesa. Não obstante as imputações individuais a que a justiça dará seguramente tratamento, a verdade é que a responsabilidade política na gestão e administração do território, em particular no que à floresta diz respeito, é uma obrigação de Estado, de longo prazo, que se



Assembleia Municipal de Caminha

amplamente assumida impossibilita que a situação deste ano se repita no futuro. Os incêndios causam forte alarme social sendo um fator de desestabilização das populações, dos proprietários e das atividades económicas em geral. Este mesmo alarme social é fortemente minimizado com a presença firme, corajosa e abnegada das corporações de Bombeiros e demais meios da Proteção Civil, que no nosso município conta com a Câmara Municipal de Caminha, Bombeiros Voluntários de Caminha, Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, Equipa de Sapadores Florestais do Conselho Diretivo de Baldios de Riba de Âncora e Guarda Nacional Republicana (Posto Territorial de Caminha e do Posto Territorial de Vila Praia de Âncora), e que em conjunto, graças à sua rápida e eficaz intervenção, e dentro dos limites de meios disponíveis, evitou que o nosso concelho não tivesse uma área ardida superior à verificada de 29,32 km².

Por isso, ao nível autárquico é também importante a ação política conducente à construção de políticas de gestão florestal e de apoio às corporações de bombeiros, sendo importante a ação da Assembleia Municipal na expressão e indicação do sentimento das populações, das suas vontades e necessidades.

No Município de Caminha, no combate aos incêndios, intervieram mulheres e homens das nossas Corporações de Bombeiros, auxiliados por mais meios humanos e logísticos, num total de cerca de três dezenas de entidades aptas a combater os incêndios, procurando, em conjunto, a possível proteção da nossa floresta, dos nossos haveres e mesmo de vidas humanas.

Ao longo dos anos, muitos têm sido os que dão a própria vida no socorro aos outros, ou que ficam com graves problemas de saúde em nome do serviço prestado à comunidade, muitas vezes sem as melhores condições de combate e não menos vezes com prejuízos na sua vida pessoal e profissional, sobretudo no que à condição de voluntário diz respeito. Assim, considerando que:

- É urgente e necessário reforçar e satisfazer as carências do Dispositivo Nacional de Combate aos Incêndios Florestais, dando particular atenção aos problemas das Corporações de Bombeiros e valorizar homens e mulheres que dedicam o seu tempo e a sua vida em defesa de todos nós;



Assembleia Municipal de Caminha

- É urgente e necessário uma ação sensibilizadora e comprometida de toda a sociedade na valorização da ação dos bombeiros voluntários, dos sapadores florestais e das populações experientes na gestão florestal e no combate aos incêndios;
- É urgente e necessário estabelecer os compromissos que garantam políticas de gestão florestal que preservem a dimensão, a produtividade e a integração destas zonas no quotidiano administrativo do nosso território.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida em 23 de setembro de 2016, delibera:

1. Aprovar um Voto de Louvor às Corporações de Bombeiros do Município de Caminha e à Equipa de Sapadores Florestais do Conselho Diretivo de Baldios de Riba de Âncora pelo árduo labor a que se obrigaram neste Verão de 2016;
2. Reconhecer o contributo popular no combate aos incêndios e no apoio às corporações de bombeiros e Sapadores Florestais do Conselho Diretivo de Baldios de Riba de Âncora;
3. Pugnar pela melhoria nas condições, nos meios e na formação, de todos os bombeiros, particularmente os bombeiros voluntários do município, que diariamente prestam serviços à comunidade e zelam pela proteção da vida humana e do património natural e construído, reconhecendo o seu papel social de serviço público na prevenção, combate e socorro às populações.

Aprovada esta Moção, a mesma deverá ser enviada para:

Corporações de Bombeiros do Município do Município de Caminha; Equipa de Sapadores Florestais do Conselho Diretivo de Baldios de Riba de Âncora; Juntas de Freguesia do Município de Caminha; Comando Territorial da GNR de Viana do Castelo; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Escola Nacional de Bombeiros; Ministério da Administração Interna; Ministro Adjunto; Assembleia da República”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a



Assembleia Municipal de Caminha

Comunicação Social, e de seguida disse que esta é uma moção oportuna que vem no momento oportuno, porque, realmente os bombeiros e toda a população passaram por momentos terríveis em agosto, pelo fogo enorme que assolou o nosso Concelho, em algumas freguesias em particular. Disse ainda o Senhor Deputado Rui Taxa que o PSD em particular em reunião de Câmara também aprovou por unanimidade uma moção com teor semelhante, logo, aproveita o Senhor Deputado para avisar todas as pessoas que aquelas que contribuíram com água aos bombeiros no combate a estes fogos, não irão pagar esse excedente de água na fatura da água, serão isentados, sendo esta também uma proposta apresentada em reunião de Câmara pelo PSD. Aproveita o Senhor Deputado para chamar a atenção para o estado da floresta nacional, em especial para o estado da floresta do nosso Concelho, porque, como todos sabem as estradas e asseios devem continuar a ser limpos e preservados para que os bombeiros no combate aos incêndios tenham caminhos devidamente compactados para que possam passar com as suas viaturas, referindo, que se fizesse a limpeza dos montes com fogos controlados como se faziam antigamente, porque, esta é uma prática que dá a entender que se deixou de fazer, mas que deveria ser usada porque serve para combater o mato que cresce de uma forma desarvorada, ao ponto de não se reconhecer o local aonde se está, logo, eram estes os contributos que queria deixar o Senhor Deputado e que iram votar favoravelmente esta moção.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e de seguida disse que também são coautores desta moção a qual resultou daquilo que foi uma iniciativa do PS, pois também tinha uma moção para apresentar que ia precisamente neste sentido, a CDU também tinha uma moção que ia no mesmo sentido, e desse modo, acabou-se por arranjar uma simbiose das duas moções que iam ser apresentadas, e logo que foi encontrado o texto definitivo convidou-se o PSD que aceitou, aderindo subscrever a moção,



Assembleia Municipal de Caminha

assim como os Senhores Presidentes de Junta. Disse ainda o Senhor Deputada que é uma pena que se tenha que aprovar esta moção, porque caso contrario seria melhor para o nosso Concelho, seria sinal que tínhamos tido um Verão sem incidentes. Disse ainda o Senhor Deputado que foi chamado a atenção por colega de bancada que esta moção sofre de uma omissão, que se trata da Sereia da Gelfa; a detentora do Parque de Campismo da Sereia da Gelfa, possui um carro de combate a incêndios e cedeu-o, o qual foi uma ajuda preciosa para os bombeiros e população, portanto, penitenciamo-nos todos com esta omissão, apesar de desconhecer este facto. Logo, fica aqui o papel importante pela disposição que fez para a população, a detentora do Parque de Campismo da Sereia da Gelfa.

Não havendo mais inscrições para a discussão desta Moção o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário, a qual foi aprovada por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhora Deputada Patricia Moreira**, saudou o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Caminha Senhoras e Senhores Vereadores Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Profissionais da comunicação social, digníssimo público aqui presente, a todas as pessoas que nos acompanham via net, muito boa noite a todos, e de seguida leu o seguinte:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, hoje a minha intervenção vem ao encontro das queixas que os Ancorenses e quem nos visita, nos tem abordado.



Assembleia Municipal de Caminha

O final das festas da Nossa Senhora da Bonança já foi a alguns dias, precisamente 12 dias, e tem chegado a esta Junta de Freguesia algumas queixas no que diz respeito à limpeza de todo o lajedo em frente ao forte e o bar da masseira.

Ainda no que diz respeito às limpezas das ruas continuamos a receber diariamente reclamações da falta de remoção das ervas nos pavimentos e nas ruas afetas à Empresa LUSAGUA.

Outro assunto que me leva a intervir tem a ver com a animação de Verão.

Mais um verão se passou, e lamentavelmente continuarmos a constatar a falta de interesse por parte do Município, em promover um tipo de animação que seja enquadrada com a realidade da nossa Freguesia, onde os Ancorenses e todos os milhares de visitantes, que nos procuram nos meses de verão sejam contemplados com eventos de qualidade, e os mesmos serem distribuídos por vários locais da nossa Freguesia, para que todo o nosso comércio seja beneficiado.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, por vezes a "Prata da Casa" enche mais o olhar, do que grandes músicos/cantores Nacionais ou Internacionais, todos eles têm o seu valor, mas o que é nosso deve de ser divulgado e promovido. Porque não mais eventos do tipo que aconteceram no Dólmén da Barrosa.

Para finalizar, outro assunto diz respeito às passadeiras para peões na Rua 31 de Janeiro. Sendo uma das ruas principais de Vila Praia de Ancora, quer de entrada quer de saída. Por ser utilizada também por peões, a mesma na sua extensão existe 2 passadeiras para peões. Sendo a Rua 31 de Janeiro contemplada com comércio, serviços, zona habitacional, um centro de coordenador de transportes e uma passagem para a zona litoral da Vila, seria de bom agrado a implementação de mais passadeiras para peões nomeadamente em frente ao centro coordenador de transportes e na interseção entre a Rua Dr.º Mesquita da Silva e a Avenida Dr.º Ramos Pereira.

Passadeiras do tipo desniveladas idênticas às que se executaram na Rua 5 de Outubro (Cruz Velha). Travando assim os aceleras que passam nesta Rua e criando segurança aos peões".



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Carlos Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Exmos...

O festival de Vilar de Mouros 2016 concretizou-se com um sucesso assinalável digno de registo e mostrou quanta vitalidade dispõe este evento. Demonstrou, igualmente, como têm estado certos todos aqueles que nele tem acreditado, ao contrário dos detratores que, com sua postura fúnebre, nunca estiveram ao lado do festival, de Vilar de Mouros, da arte, da cultura e da música no concelho de Caminha.

Felizmente, para todos, a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a própria organização, corporizaram o compromisso objetivo da realização desta edição do festival, apoiando-se num conjunto de pressupostos, tais como o cariz mítico, o prestígio nacional e internacional, o espaço disponível, o cenário envolvente, os acessos, entre outros. Estes foram fundamentais para o ressurgimento do festival e irão marcar também, positivamente, o seu futuro. E este futuro nasce no reconhecimento do passado, não se esquecendo o grande exemplo e coragem do visionário Dr. António Barge, em conjunto com a família, a quem serve de singela homenagem o êxito deste recomeço memorável.

Depois de ter sofrido alheamento e incompreensões diversas de responsáveis concelhios, o que levou inclusivamente a um precipitado e negativo protocolo que resultou no previsível e consumado fracasso do evento em 2014, eis que pela mão de quem sempre acreditou, se realizou de novo, com inegável sucesso e brilho, o Festival de Vilar de Mouros.

Um cartaz magnificamente elaborado, trouxe à edição de 2016 a música desejada e um dos melhores, mais civilizados e educados públicos de todos os eventos até agora realizados.



Assembleia Municipal de Caminha

Vilar de Mouros mais uma vez se afirmou e consolidou também como o festival intergeracional, único no género, capaz de juntar jovens de tenra idade com pessoas de todas as idades, pais e filhos num mesmo espaço de convívio e apreciação da música.

A população Vilarmourense correu em massa ao seu festival com um entusiasmo único, e não só foi sentida a sua satisfação como também foi notória a sua alegria pelo regresso deste evento que todos tão sentidamente acarinhámos em Vilar de Mouros.

Câmara e Junta de Freguesia uniram também esforços em toda a logística e desta forma foram criadas belíssimas condições, quer no recinto (que vem sendo objeto de permanentes melhorias), quer em relação a parques de campismo e de estacionamento, assim como na circulação rodoviária para residentes e festivaleiros, reconhecendo-se o excelente trabalho realizado pela GNR (que reputo de exemplar).

A opinião pública e a comunicação social foram unânimes no elogio a este evento e esperamos que todas as forças vivas deste concelho, especialmente aquelas que muito se preocuparam em pôr em causa o empenho dos responsáveis, também se rendam ao presente sucesso e passem (pelas responsabilidades que lhes são inerentes) a estar connosco, acarinhando e apoiando, no futuro, uma das maiores iniciativas no concelho que leva Caminha e o Alto Minho além-fronteiras.

Finalmente uma palavra de reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, pela dignidade que pessoalmente entregou a esta realização, acreditando e, de forma responsável, contribuindo decisivamente para dar este novo impulso ao festival que, pensamos nós, será irreversível”.

O Senhor Deputado Manuel Falcão saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Ocorreu no pretérito dia 15 de setembro o arranque de mais um ano letivo no nosso concelho.

Ao contrário do que nos habituámos na nossa terra e até no País, o início deste ano letivo decorreu sem convulsões ou incidentes, de forma serena, correta, competente e eficaz, para tranquilidade de todos os agentes envolvidos e sobretudo das famílias

Aliás, como tivemos oportunidade de constatar o clima de serenidade e eficiência com que tudo decorreu, repetiu-se genericamente por todo o País, sendo a primeira vez, desde que há memória, que o ano letivo se inicia sem tropeços ou polémicas, o que só atesta, para nosso orgulho, a competência do atual Ministro da Educação e nosso conterrâneo, Tiago Brandão Rodrigues e, bem assim da sua equipe.

Voltando ao caso concreto do nosso concelho, felicito pelo espetacular arranque do ano letivo, o Agrupamento Escolar, a Câmara Municipal, as demais entidades envolvidas, mas também deixando uma palavra muito especial para os alunos e para as suas famílias.

A Câmara Municipal liderada pelo PS, tem tido um papel relevante traduzido na implementação de medidas, designadamente de carácter ou com incidência orçamental no estímulo ao bom desempenho da educação escolar no concelho, gizando benefícios para alunos e famílias.

Exemplo disso, é a recente aprovação da gratuidade das atividades em prolongamento de horário para o ensino público, que isenta as famílias do seu pagamento.

A este respeito, veio o PSD apresentar uma proposta de última hora, reivindicando igual benefício para o ensino privado, num exercício que reputamos de irresponsável, sem qualquer estudo, análise em termos de custos para o erário público e sem qualquer parecer prévio do Conselho Municipal de Educação, atitude que não pode ser qualificada de outra forma, que não seja o de mero oportunismo político.



Assembleia Municipal de Caminha

Diz o PSD que a Câmara Municipal ao não aceitar a sua proposta descrimina as famílias. Esquece-se, porém, que só há discriminação quando se trata de forma diferente, o que é igual. Ora, escola pública e privada são conceitos diferentes, o que é do conhecimento comum. Todavia, isto não significa que, avaliado o impacto financeiro daquela proposta do PSD, impacto que o PSD não ponderou como lhe competia e verificadas as demais condições exigíveis, a mesma não possa ser reavaliada no futuro.

Mas o início do ano letivo no nosso concelho, não se adivinhava fácil.

Com efeito, a poucos dias do seu arranque, todos fomos surpreendidos com a decisão unilateral da Ancorensis em encerrar o seu estabelecimento de ensino, decisão tomada em Assembleia geral do dia 29 de agosto, quando, cerca de um mês antes, em julho de 2016, a mesma instituição havia assegurado publicamente que tinha todas as condições para iniciar o ano escolar.

Sem que às famílias, aos alunos, aos docentes e ao pessoal não docente coubesse qualquer culpa ou responsabilidade por tão inesperada decisão, a verdade é que a mesma se traduziu no abandono, a cerca de 15 dias do arranque do ano escolar, de mais de 200 alunos, 40 professores e 27 trabalhadores não docentes.

Num espetacular trabalho o Agrupamento Escolar logrou criar condições para receber 200 alunos, para o que contratou em tempo recorde novos professores, organizou novos horários e implementou toda a demais logística necessária.

A Câmara Municipal, mal surgiu o problema e até antes, de imediato foi para o terreno no sentido de procurar soluções, com um conjunto de iniciativas que envolveram encontros ao mais alto nível, desde logo com o Sr. Ministro da Educação e com Sr. Secretária de Estado.

E enquanto isto acontecia, o PSD assobiava para o ar, privilegiando a estratégia partidária e o cinismo político, esquecendo da sua verdadeira obrigação que era colocar-se ao lado dos que procuravam soluções. E isto, não obstante o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora ter sido eleito pelo PSD, a



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da concelhia do PSD ser natural de Vila Praia de Âncora e o e 1.º Vereador do PSD ser do Vale do Âncora.

Ao contrário do alheamento do PSD, o Presidente da Câmara Municipal de Caminha colocou-se desde logo disponível para procurar soluções, nomeadamente em conjunto com o Agrupamento Escolar, no que resultou, tal como se disse, na colocação na escola pública de cerca de 200 alunos da Ancorensis, mas também no facto de terem obtido colocação na escola pública a quase totalidade dos professores da Ancorensis, que apresentaram candidaturas.

De resto, esta atitude do PSD não nos surpreende, porquanto, entre os anos de 2010 e 2013, quando a Ancorensis despediu cerca de 100 colaboradores, a Câmara Municipal do PSD nada fez, pese embora o Governo de então também fosse do PSD, resumindo a sua atuação à presença numa manifestação, segundo afirmou a Sr.ª Vereadora Liliana Silva de viva voz na última reunião de Câmara.

Esta é a diferença entre o Governo Municipal do PS e o do PSD. O Governo do PS avança para a resolução dos problemas das pessoas e o do PSD passeia-se em faits divers

Preocupa-nos, no entanto, o futuro dos 27 trabalhadores não docentes da Ancorensis.

Sr. Presidente da Câmara, estamos certos que com a sua disponibilidade, eficiência e energia e em parceria com as demais entidades, ajudará a encontrar solução para estes nossos concidadãos.

Sabemos que desde que o PS governa o nosso Concelho temos mais investimento na Educação, mais benefícios para os alunos e famílias.

- A aquisição de manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo;
- Apoio aos transportes escolares;
- Comparticipação nas refeições escolares e aquisição de novos e mais modernos equipamentos para o transporte de refeições;
- Gratuitidade do prolongamento de horário;
- Investimento de 3 milhões de euros na Escola Secundária de Caminha, que há muito estava previsto e que foi bloqueado pelo governo do PSD;



Assembleia Municipal de Caminha

- Obras em diversas escolas, como Venade e Vila Praia de Âncora;

O Município de Caminha aposta na Educação.

Como nesta Assembleia já foi citado Nelson Mandela, “A Educação é a Arma mais poderosa para mudar o mundo”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Como sabemos a Ancorensis Cooperativa de Ensino foi obrigada a anunciar, em agosto passado, o encerramento da sua atividade de Ensino, uma vez que a publicação do Despacho Normativo nº1-H/2016, alterou unilateralmente os Contratos de Associação.

Na impossibilidade de poder abrir novas turmas em início de ciclo, a Ancorensis não tinha qualquer hipótese de sobrevivência não lhe restando outra saída que ser obrigada a encerrar portas.

Foi esta a vontade do Partido Socialista que nos governa, de momento, obrigado que está a satisfazer todas as vontades políticas da Esquerda com quem está coligado no Governo.

Foi esta a vontade do Ministro da Educação, o minhoto Dr. Tiago Brandão Rodrigues, que assim assinou a sentença de morte da Ancorensis Cooperativa de Ensino.

Tiago Brandão Rodrigues é o grande verdugo da Ancorensis.

No Distrito de Viana do Castelo temos outra Escola com contrato de associação, a Escola de Campos em Vila Nova de Cerveira.

Mas esta Escola não fechou.

Não fechou, porque desde o primeiro momento o Executivo de Vila Nova de Cerveira, e a respetiva Assembleia Municipal, garantiram, desde o primeiro momento dizia eu, todas as condições para que a Escola de Campos continuasse a funcionar sem convulsões.



Assembleia Municipal de Caminha

O Executivo de Vila Nova de Cerveira, e a respetiva Assembleia Municipal, colocaram-se ao lado dos interesses dos Cerveirenses, defendendo a sua Escola, os seus alunos, os seus professores, defendendo a estabilidade do Ensino no seu Concelho, porque sabem da mais valia que o Concelho pode usufruir com esta Escola a funcionar regular e normalmente.

Pouco lhes interessou a política socialista do Governo de António Costa.

Só lhes interessou o bem estar dos Cerveirenses e do seu Ensino.

E, em Caminha?

Em Caminha, como podemos constatar, o Executivo Socialista de Miguel Alves, só esteve interessado em defender a Escola Pública, a defender a política socialista de António Costa.

Só esteve interessado em ajudar o seu grande amigo pessoal Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação.

O Vereador responsável do Pelouro da Educação, nem uma palavra disse sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ignorou por completo tudo o que se estava a passar.

Sobre este assunto, de superior interesse municipal, os Senhores calaram-se, porque tiveram medo de perder votos.

Não convocaram nenhuma reunião com quem quer que fosse, não promoveram a discussão pública.

Só acordaram quando a Direção da Ancorensis Cooperativa de Ensino vos pediu uma reunião, depois de notícias divulgadas pela televisão.

Se este assunto foi discutido no nosso Concelho, foi porque a Bancada do PSD desta Assembleia Municipal assim o exigiu convocando uma Assembleia Municipal Extraordinária.

Em Caminha, este Executivo Socialista sempre esteve mais interessado em defender as suas posições políticas nacionais, que defender a população estudantil da Ancorensis.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente Miguel Alves sempre soube desde o primeiro momento o que iria acontecer à Ancorensis.

Sempre teve conhecimento do que o seu amigo e Ministro Tiago Brandão iria fazer. Mas nunca o disse à Direção da Ancorensis.

Por isso, quando a Direção da Ancorensis foi recebida em Lisboa no Ministério da Educação, não foi recebida pelo Sr. Ministro, mas sim por outra pessoa de menor importância na hierarquia do Ministério da Educação.

O Presidente Miguel Alves, com este gesto, não quis comprometer o seu Ministro da Educação, preferiu enganar a Direção da Ancorensis.

Mas, em 17 de abril, soube muito bem trazer o seu amigo Tiago Brandão Rodrigues à inauguração do Campo de Futebol de Lanhelas, para poder usufruir em pleno de toda vantagem política que esse acontecimento lhe poderia trazer.

No Concelho da Sertã, também existe um Estabelecimento de Ensino em Contrato de Associação.

Que fez o Presidente da Câmara de Sertã?

Disponibilizou a Autarquia a financiar em 50% as respetivas turmas, para manter a estabilidade do Ensino no seu Concelho e impedir desta forma a desertificação escolar.

Poderia o Presidente Miguel Alves fazer o mesmo?

Não podia, nem pode.

E não pode, porque neste momento tem uma dívida declarada de 4.111.041,94 €, e ainda falta conhecer a dívida não declarada.

Não pode porque desistiu de receber em Tribunal a dívida do Ferry.

São cerca de 2 milhões de Euros que poderiam estar nos cofres do nosso Município, mas que não estão.

E porquê?

O Senhor Presidente Miguel Alves prometeu “mundos e fundos” para Vila Praia de Âncora.

Prometeu uma vaga de desenvolvimento com a abertura do Continente – Bom Dia.



Assembleia Municipal de Caminha

Infelizmente, e como sempre o dissemos, estamos a assistir à destruição do comércio local.

O encerramento da Ancorensis vai acarretar um sério retrocesso sócio económico para Vila Praia de Âncora.

Vila Praia de Âncora vai ficar parada no tempo.

É preciso que se diga que foi o Partido Socialista, foi este Executivo liderado por Miguel Alves, que cometeu o maior atentado ao desenvolvimento económico-social do Concelho de Caminha.

É o senhor e o seu partido, responsáveis pelo efeito negativo que este encerramento vai ter na economia de Vila Praia de Âncora.

Pode arranjar mil desculpas, mas já todos nos apercebemos que troca a defesa dos caminhenses pela política do seu partido.

Infelizmente, o Senhor e o seu Executivo, são os coveiros da Ancorensis e os carrascos de Vila Praia de Âncora.

No futuro, o Senhor será sempre lembrado como o Presidente da Câmara que destruiu o comércio local de Vila Praia de Âncora.

Será sempre lembrado, como o Presidente da Câmara que deixou fechar a Ancorensis.

No dia em que se for embora – e esse dia chegará – não vai deixar saudades”.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, os Senhoras e Senhores Vereadores, as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta Senhores Deputados, Comunicação Social, Munícipes do Concelho de Caminha, e disse que:

“Vou ser muito breve!

Mais uma vez, e acreditem que com alguma tristeza, mas nenhuma surpresa, tenho de focar a minha intervenção sobre os últimos acontecimentos concelhios, mais precisamente sobre as declarações com que o PSD de Caminha nos tem brindado na Comunicação Social e nas redes sócias, que também fazem parte das



Assembleia Municipal de Caminha

minhas leituras. Um PSD sem soluções um PSD que estagnou, que parou no tempo no dia em que perdeu as eleições e que daí ainda não saiu!

Desta leitura retiro que a nova palavra de eleição desta direita, vazia de ideias, ressabiada, amarga e que se acha dona disto tudo é, depois de "Mentira" e "Narrativa", a palavra "lamentável".

Para eles, tudo é lamentável, limitador, perseguidor!

Ele é, o Orçamento participativo, o Plano Diretor Municipal, os apoios ao ensino pré-escolar público a até, vejam lá, a cereja no topo do bolo! O facto de um protocolo importantíssimo para o nosso concelho ser assinado em Paredes de Coura. A mesquinhez chega a esse ponto!

Considero-me uma pessoa educada, bem formada, ainda que tivessem posto em duvida; não preciso de ir à internet "googlar" citações uma vez que a leitura é uma das minhas atividades de lazer, leio muito, coisas diversificadas umas de qualidade, outras menos!

Este contrato foi assinado em Paredes de Coura e muito bem! Foi assinado no Alto Minho e vai permitir que a escola EB2 de Caminha seja alvo de obras num total de quase 3 milhões de euros, obras estas que o PSD nacional tinha retirado ao concelho de Caminha e, é bom lembrar, que o PSD concelhio não contestou este facto!

Meus Senhores, lamentáveis são as vossas atitudes, lamentáveis são as vossas declarações, lamentável é a vossa cegueira e a vossa ânsia em atingir o Presidente da Câmara de Caminha!

A vossa cegueira é tão grande que, ao criticá-lo, criticam e desrespeitam os Presidentes de Câmara de Valença e dos Arcos, eleitos pelo PSD! Imaginem os que estes autarcas, eleitos pelo vosso partido já não disseram dos seus companheiros de Caminha!

Acusam o Ministro da Educação de cobardia e o Presidente da Câmara Municipal de desrespeito!

Desrespeito, mostram vossas excelências! Desrespeito pela figura máxima desta assembleia, desrespeito ao instrumentalizarem intervenções, desrespeito ao



Assembleia Municipal de Caminha

insinuarem que a assinatura do protocolo para as obras da escola EB2 de Caminha, porque se realizou em Paredes de Coura, foi uma cobardia por parte do Senhor Ministro da Educação.

Este sim é um total desrespeito quer pelas figuras máximas do nosso país, quer por quem dirige o nosso concelho e conseguiu uma obra ansiada pela população há mais de uma década, mas também desrespeito pela população do Concelho de Caminha, e isto sem é lamentável!

Mas mais lamentável do que o vosso discurso... é a vossa postura crítica e destrutiva face àquilo que não fizeram em 12 anos de liderança. Não fizeram porque não quiseram ou então porque não souberam!"

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, os Senhores e Senhores Vereadores, as Senhores e Senhores Presidentes de Junta Senhores Deputados, Comunicação Social, Municípios do Concelho de Caminha, e disse que:

"Os incêndios que assolaram o concelho de Caminha marcarão, seguramente, o Verão de 2016. O PCP, no quadro da CDU – Coligação Democrática Unitária, trouxe ao concelho de Caminha, a 12 de agosto, uma delegação da qual fazia parte a deputada Carla Cruz, inteirando-se, no local e na proximidade do tempo, da real situação vivida e das consequências. Da nossa ação resultaram já duas iniciativas, através da Assembleia da República, de questionamento ao Governo. Nelas evidenciamos a necessidade de um plano de apoio ao setor florestal e agropecuário para os afetados pelo fogo e, em particular para o Baldio de Riba de Âncora, não esquecendo a avaliação quanto aos meios disponibilizados e medidas futuras a tomar nesta matéria. Não deixamos de expressar, no quadro da responsabilidade política e operacional, a disponibilidade do executivo camarário de Caminha, da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, da Direção dos Baldios de Riba de Âncora e do Comando dos Bombeiros, em acompanharem esta visita, contribuindo com a sua apreciação e informação, para o melhor esclarecimento e



Assembleia Municipal de Caminha

construção de iniciativas que visem uma rápida mitigação das consequências dos incêndios. Riba de Âncora, pela exemplar gestão florestal que estava a realizar no seu baldio, merece uma ação política comprometida, não só por, à semelhança dos territórios das restantes freguesias do concelho, ter visto a sua área florestal arder, mas especialmente por ter sido uma referência na gestão florestal, valorizada e tida como exemplo. São cerca de três décadas perdidas, num baldio que cumpria todas as condições de prevenção contra incêndios. Um baldio que se dedicava ainda à produção de resina, ensaiava novas oportunidades na apicultura e produção de mel, e recorria a uma necessidade de mão-de-obra de cerca de dezena e meia de trabalhadores. A CDU não pode ignorar este património de saber e não deixará de apoiar, nos limites da sua intervenção, a retoma do trabalho e a recuperação do Baldio de Riba de Âncora, e estamos certos que todos os membros desta assembleia reconhecerão a necessidade de envolvimento político de todos para não deixar que os compartes e a direção do baldio esmoreçam.

No plano Urbanístico, duas notas merecem a nossa atenção. A primeira prende-se com a gestão das esplanadas feita no concelho e em particular no Parque e Avenida Dra. Ramos Pereira e Av. do Castelo, em Vila Praia de Âncora. Há, em nosso entender, uma completa desordem, tanto no conceito como na prática, indiferente aos regulamentos aprovados. Se, para uns, esplanada é uma área descoberta, para outros é uma área hermeticamente fechada. Se para uns pressupõe a ocupação integral do passeio, para outros implica a ocupação do passeio mais a área retirada ao estacionamento. Se para uns é permitida a circulação de pessoas e cadeiras de rodas pelo meio da esplanada, para outros os peões têm que circundar a esplanada. Se para uns as esplanadas contemplam apenas mesas e cadeiras, para outros contemplam também balcões e outras estruturas. A verdade é que as esplanadas são bem-vindas porque propiciam um bem-estar ajustado a estas zonas, mas não é menos verdade que uma ação uniformizadora se reveste de uma valorização estética que agradará, seguramente, a todos os que, como nós, apreciam esplanadas. Por outro lado, não é de somenos



Assembleia Municipal de Caminha

importante garantir a mobilidade nos passeios, particularmente daqueles que a tem reduzida.

A segunda nota prende-se com o PDM. Esta é a única sessão da Assembleia Municipal que abrange o período de consulta pública e há questões que devem ser tidas em análise. Satisfeitos por finalmente se estar prestes a encerrar este bem longo processo, alertamos para os perigos deste documento ao travar a redução das áreas urbanizáveis, o que afetará as atividades económicas, em particular no que respeita à construção. Mas mais que uma questão de área urbanizável, mais até por haver uma intenção de a otimizar, parece-nos relevante perceber o alcance da redução do índice de ocupação de solo que poderá inviabilizar a construção em terrenos de menor dimensão. Por outro lado, o argumento de que o anterior PDM promovia uma área urbanizável superior à necessidade e capacidade não deve ignorar os períodos de recessão que o país atravessou na vigência do documento.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha e restante executivo, que no que à educação diz respeito, foi por nós politicamente exigida a garantia de uma solução duradoura e de total disponibilidade, em Vila Praia de Âncora, de todo o ensino regular pré superior. Essa garantia foi dada, da mesma forma que foi assumido por V. Exa., Sr. Presidente, o envolvimento no encontro de soluções laborais para todos os trabalhadores da Ancorensis que eventualmente viessem a ser dispensados em função da redução das turmas financiadas por contrato de associação. É certo também que até 29 de agosto previa o município absorver na escola pública apenas as turmas não financiadas à Ancorensis, no máximo de 5 turmas, mas com a decisão dos quinze membros da cooperativa Ancorensis em não abrir portas em setembro, a verdade é que a escola pública teve que absorver não 5 mas 18 turmas em tempo record. Resultado, temos alunos de Vila Praia de Âncora a quem não foi garantido o ensino em Vila Praia de Âncora, tal como era a nossa vontade, estando a frequentar as suas aulas em Caminha. Para estes o transporte disponibilizado é notoriamente desajustado. Deixo a esta assembleia um exemplo real. Um aluno de Riba de Âncora viaja durante cerca de 1 hora para chegar a Caminha, porque o trajeto seguido leva-o de Riba de Âncora a Soutelo,



Assembleia Municipal de Caminha

de Soutelo a Vile e de Vile à EB/S de Vila Praia de Âncora para deixar alunos nessa escola; daí segue para a freguesia de Âncora, regressando novamente à EB/S de Vila Praia de Âncora para deixar mais alunos, e só depois segue, pela Estação em VPA, para Caminha. Aliado a tudo isto, o autocarro vai sobrelotado, com mais alunos em pé que sentados, em parte significativa do trajeto. Ora, esta gestão de transportes pode até ter sido a possível inicialmente pela pressa que o imprevisto provocou, mas é, inegavelmente, prejudicial aos alunos e famílias, e só uma total indiferença, já que o conhecimento, se não o tinham, já o tem, permitirá que esta situação se perpetue, para não falar do quadro de ilegalidade que o reveste.

Por fim, a CDU quer aqui reforçar a ideia de criação de medidas proactivas no incentivo ao voluntariado. Entendemos ser uma obrigação política o reconhecimento dos voluntários, por mais altruísta que seja a sua participação. Sabemos que o Concelho de Caminha dispõe de um Banco Local de Voluntariado cuja ação é por nós desconhecida, nunca nos tendo chegado qualquer relatório. Por outro lado, no seu regulamento não há um verdadeiro incentivo ao voluntariado. Por isso desafiamos a mesa da Assembleia Municipal de Caminha, na pessoa do seu presidente, a exortar a Câmara Municipal de Caminha a criar uma proposta de regulamento de incentivos ao voluntariado, nos limites das competências da autarquia, estando desde já disponíveis para colaborar. Esta proposta pode, salvo outro entendimento, associar-se ao Banco Local de Voluntariado, e deverá, para além de tipificar o incentivo, obrigar à apresentação de relatório anual a esta assembleia, no que respeita ao número de voluntários por área de intervenção, e garantir que o voluntariado não conflitua com necessidades laborais das organizações”.

O Senhor Presidente da Mesa, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Os acontecimentos registados na Assembleia Municipal extraordinária de 09/junho/2016 obrigam-me a declarar-vos o seguinte:



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- Sou Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Caminha eleito pelos Srs. Deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia em eleições livres e democráticas realizadas em consequência das eleições autárquicas de Set/2013.

Assim, é meu dever e obrigação tratar todos os Srs. Deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de igual modo, quer sejam das Argas, do Vale do Coura ou do Vale do Âncora e sejam representantes dos respetivos partidos políticos ou coligações. Não há freguesias e deputados de 1ª ou de 2ª. São todos tratados com respeito e dignidade merecida.

Fomos todos eleitos em eleições livres e democráticas. A democracia proporciona-nos a capacidade de escolher políticas, isto é, escolher a forma como queremos viver. Por isso, elegemos os partidos ou as coligações na base de programas eleitorais, da capacidade das pessoas escolhidas e das suas promessas.

- As formalidades são essenciais à democracia, mas é necessário respeitá-las:

Os Direitos Humanos, o primado da lei, as regras institucionais, os compromissos assumidos, a transparência, os regulamentos e regimentos internos desde que democraticamente elaborados e aprovados. Por isso é que nas democracias a lei só é lei se for a mesma para todos. De outra forma

é arbitrariedade opressão e abuso. No caso das Assembleias Municipais os regimentos ou não existem e teremos Assembleias propícias a grupos de pressão anárquicos fazendo lembrar os tempos conturbados de 1974/75, ou se existem têm de ser cumpridos com o máximo rigor.

A marginalização do regimento contribui para denegrir não só o indivíduo visado, mas sobretudo o coletivo dos Deputados e Presidentes das Juntas.

Assim, perde-se o essencial, ofendem-se os interesses públicos diminuindo a capacidade de defesa das populações. Não vejo outro modo de ver a questão:

Existindo o Regimento é para cumprir.

Dito isto, as afirmações e comentários que ao abrigo do tempo reservado ao público na última Assembleia Municipal Extraordinária não contribuíram para o fortalecimento da democracia, não dignificaram a Assembleia Municipal, foram um mau exemplo para os nossos jovens e em nada contribuíram para o esclarecimento



Assembleia Municipal de Caminha

das populações que representamos. A ultrapassagem deliberada do tempo destinada às intervenções, as afirmações difamatórias de obediência partidária, o insulto chamando de “carneirite” aos Deputados do partido mais votado não poderão jamais repetir-se, foram vexame, não são dignos dos nossos eleitores e só contribuem para uma diminuição das populações de que os seus interesses serão respeitados, criando a consequente abstenção e falta de interesse nos actos eleitorais. E o caso mais grave é que estas intervenções foram da autoria de autarca e ex-autarca com responsabilidades políticas em Vila Praia de Âncora.

Senhores Deputados e Presidentes da Juntas de Freguesia.

O vosso Presidente da Assembleia Municipal nasceu em Vila Praia de Âncora, o Liceu em Viana do Castelo, estudos universitários em Coimbra e no Porto onde se licenciou em Eng^a Eletrotécnica em 1968.

Teve sempre uma intervenção política e social reservada e discreta, é certo, mas também por questões temperamentais.

Foi um dos cinco fundadores do Orfeão de VPA e colaborador da candidatura à Presidência da República de Humberto Delgado. Assistiu intervindo nas crises académicas da Universidade de Coimbra e do Porto. Foi membro de associações culturais e livresas. Assistiu no Largo do Carmo ao início da derrocada do regime ditatorial em 25 de Abril de 1974. Em 1975 foi membro dos Órgãos Diretivos da Associação Política GIS (Grupo de Intervenção Socialista) cujos expoentes mais conhecidos e seus camaradas de Direção foram Jorge Sampaio, João Cravinho, José Manuel Galvão Teles e Joaquim Mestre. Fez parte da Comissão Nacional de Apoio à candidatura a Presidente da República de Maria de Lurdes Pintassilgo. Apoiado pelo PS foi Presidente da Assembleia Municipal de Caminha entre 1983/1986. Foi Deputado pelo PRD (Partido Renovador Democrático) num período muito curto, à Assembleia da República em 1987. Isto, não obstante a sua não filiação partidária que se mantém ainda hoje. Depois teve um período da vida em que se dedicou à Intervenção Social sendo Presidente da Cooperativa de Habitação Coociclo durante oito anos. Na sua atividade profissional foi sucessivamente Eng.^o de Vendas, Administrador, Presidente do Conselho de



X
P
Z

Assembleia Municipal de Caminha

Administração de Empresas de eletrónica, de Informática, Análises Clínicas e Biotecnologia. Tenho um passado de que me orgulho sem nunca sobrepor a política à ética. Na minha função de Presidente da Assembleia Municipal tenho procurado ser o mais rigoroso possível e assumir a independência estando acima das partes.

O Sr. Deputado Rui Taxa, líder do grupo de deputados do PSD na Assembleia Municipal pediu sucessivamente a demissão do Vereador da Cultura, do Vice-Presidente da Câmara e do Presidente da Câmara e de mim próprio, Presidente da AM. No meu caso voltou a pedir a minha demissão em carta aberta, pública, de 12/julho/2016 num Jornal quinzenal. Confesso que com esta idade nunca tal me acontecera apesar de confrontado com situações bastante mais difíceis. Tenho pautado a minha vida profissional e política pela transparência, lisura e respeito para com todos. À ofensa gratuita, à mentira, à difamação, aos ataques pessoais, a ser mau Ancorense, à indignidade apenas lhe posso dizer o seguinte:

Como sabe os Srs. Vereadores, Vice-Presidente e Presidente da Câmara são eleitos pelo povo do Concelho e só o povo do Concelho os pode demitir em próximas eleições autárquicas.

No caso da Mesa da AM é diferente. A Mesa da AM foi eleita pelos Srs. Deputados e Presidentes da Junta por voto secreto. Assim só os Srs. Deputados e Presidentes da Junta podem pedir a sua demissão, ou seja, podem eleger a Mesa da AM e podem pedir a sua demissão mediante condições. Logo, convido o líder do grupo de deputados do PSD à AM, o Sr. Deputado Rui Taxa a apresentar uma proposta de destituição do Presidente da AM numa sessão extraordinária a convocar para o efeito. Garanto, Sr. Deputado que a Mesa da Assembleia Municipal, com a solidariedade dos meus dois secretários saberá retirar, sem qualquer artifício, as devidas consequências dessa moção, a apresentar. Espero e acredito que o Sr. Deputado, líder do grupo de deputados do PSD tirará daí também as devidas consequências. Termino citando o Sr. Deputado Rui Taxa em 09/junho/2016, na mesma AM “o Sr. Presidente sendo um defensor da liberdade, da liberdade de



Assembleia Municipal de Caminha

expressão, da palavra, da democracia” minutos depois pede a minha demissão. Novos tempos, outras verdades”.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha e restante Vereação, Senhores(as) Deputados(as) municipais e Presidentes de Juntas de Freguesias, Exmo. Público presente e a todos os que nos acompanham, e disse que:

“Tendo em conta o momento presente de plena discussão pública da revisão do PDM que termina já no próximo dia 12 de outubro damos também nota pública da nossa posição política relativamente a esse documento.

Na verdade, este PDM que está em discussão representa uma oportunidade perdida e um retrocesso para o desenvolvimento do nosso concelho. Representa pura navegação à vista, à deriva.

À falta de obra estruturante para mostrar, este executivo refugia-se mais uma vez na dialética das desculpas esfarrapadas da pesada herança da gestão do PSD.

O problema do Partido Socialista é que, na realidade, a herança da gestão do PSD é virtuosa. Deixou obras feitas e dinheiro e os munícipes já se aperceberam que a herança desta vossa gestão serão dívidas e promessas adiadas.

Esperava-se, portanto, que a maioria socialista e o seu Presidente aproveitassem a revisão do PDM, para se redimirem, apresentando uma estratégia de desenvolvimento, para o concelho, com um novo e inovador rumo, que incutisse a esperança de um futuro melhor para os nossos munícipes.

Mas a verdade é que analisados os documentos e as propostas neles vertidas, o que se conclui é que estamos novamente perante um verdadeiro um vazio e um embuste.

Esta proposta de revisão do PDM é um ato falhado, constituindo-se como um forte contributo, não para o desenvolvimento, mas para o retrocesso do progresso sustentável do concelho, como passamos a demonstrar.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Através dos relatórios técnicos, foi feito um diagnóstico que, sem surpresa, identificou os principais problemas da nossa terra.

- Progressivo envelhecimento da população;
- Tendência para o despovoamento das freguesias do interior;
- Baixo nível de cobertura da população servida por rede de esgotos;
- Perda de emprego;
- Dificuldade de atrair investimento;
- Debilidade do tecido empresarial;

O executivo socialista autor e “pai” deste PDM, propõe uma terapia para tratar estas maleitas que assenta numa estratégia de desenvolvimento que será implementada com base no Plano de Execução e Financiamento, no Regulamento e na Carta de Ordenamento.

A tal estratégia salvadora teria como base cinco pilares.

- Planeamento E Ordenamento do Território
- Coesão e Articulação Territorial
- Fomento da Empregabilidade e Fixação da População
- Preservação do Património Natural e Cultural
- Afirmação da Vila!!!! de Caminha – A Âncora do Turismo Sustentável.

Não compreendendo o “trocadilho”, que só pode ser um lapso, ou não, e podendo até concordar com estas opções estratégicas, discordamos completamente com os medicamentos que este executivo PS se propõe administrar ao doente, uma vez que, em vez de o curarem, o colocarão nos cuidados intensivos, em estado vegetativo.

Senão vejamos:

Ao classificar como solo rústico, a maioria do território do concelho e a totalidade das freguesias do interior, propondo índices de edificabilidade, quer para habitação, quer para turismo, quer para atividades económicas, ridiculamente baixos, a que se acrescentam as legais faixas de proteção de incêndios, impede-se a construção de novas moradias dos naturais e dos que procuram o espaço rural, e inviabilizam-se liminarmente os empreendimentos turísticos e pequenas indústrias.



Assembleia Municipal de Caminha

Este executivo do PS apregoa que quer fixar a população, mas com as medidas que quer aprovar o que faz é condenar o interior à desertificação.

E o território sem gente não tem Coesão, é um deserto. Um território sem pessoas é vítima da falta de Planeamento. Um território sem população não é ordenado, é um vazio. Um território sem gente não preserva o seu Património.

A insensibilidade e falta de maturidade que falta a este documento, vai converter o interior do concelho num espaço despovoado, como uma ferida que se alastra e que dói a todo o concelho.

É paradoxal a forma como este executivo se propõe fomentar a Empregabilidade. Afirma que o faz através de uma política de acolhimento empresarial para que se fixem novas empresas, assim criando emprego.

Até aqui todos de acordo. O problema são as medidas inconsequentes que propõe. Para tal, cria a zona industrial de Argela, Unidade Operativa de Planeamento de Gestão 16. Mas, mantém o solo como Espaço Florestal, dependendo a sua transformação da aprovação de um Plano de Pormenor, cujas materializações calendarizam a 10 anos. O mesmo se aplica à Unidade Operativa de Planeamento de Gestão 15, em Âncora/Gelfa.

Se, de repente, surgissem empresários para ali investirem, teriam que desistir e procurar outro concelho que é o que continua e continuará a acontecer, infelizmente.

Não é preciso ser iluminado para ver que fixar investimento, com a concorrência de Viana e Cerveira, só através de uma política agressiva que disponibilizasse lotes industriais, em polos industriais bem infraestruturados e bem localizados.

O que o Município teria de fazer em primeiro lugar é, aproveitando os fundos europeus, adquirir terrenos junto aos nós da A28, infraestruturá-los e concedê-los, a preço simbólico, mediante regulamento, a investidores do concelho e de fora. É este o caminho, para investir e ter retorno, em benefício da população do concelho. É quase provocatório o sound-bit com que este executivo socialista nos quer fazer pensar que tem uma boa estratégia para o turismo – Vila de Caminha – A Âncora do Turismo Sustentável passe o trocadilho, ou não!



Assembleia Municipal de Caminha

O que nos apresenta, através da revisão do PDM, é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, uma falácia.

À falta de melhor, jogam dois trunfos, a Unidade Operativa de Planeamento Estratégico 12 das Gamboas e a UOPG14 das Valadas, em terrenos privados, mas armadilhados, pois, os seus proprietários nada lá podem fazer, nem no momento da aprovação do PDM, nem nos anos seguintes, simplesmente porque os terrenos não estão classificados como Espaços Turísticos. Para além destes duques de trunfo, autênticos engana-meninos, o que na prática resta é mais do mesmo e tudo adiado!

O enorme potencial do concelho de Caminha merecia uma verdadeira visão estratégica, ambição, atributos que, de todo, este executivo liderado por Miguel Alves não tem. Um documento desta importância merecia sobretudo maturidade e maturação!

O futuro tem que passar por aproveitar a frente Atlântica para o desenvolvimento dos desportos náuticos, como a vela, o surf, o windsurf, o kit surf, uma das vertentes para uma política desportiva e de juventude completamente ausentes deste PDM de vossa autoria e responsabilidade.

Para este PDM os jovens, o comércio e os empresários não existem!

É inadiável a criação de uma marina oceânica, como uma das duas grandes âncoras de um turismo de qualidade.

É inadiável a construção de um campo de golfe de 18 buracos, a segunda grande âncora de um turismo de qualidade.

Atrás das âncoras que elevarão a fasquia, virá o resto, mesmo o acolhimento habitacional de elevada qualidade.

O modo desleixado, descuidado e apressado como tudo foi preparado é flagrante.

O Plano de Execução e Financiamento prevê investimentos no montante de 11 milhões de euros (tanto quanto custa a marginal de Caminha que continua por fazer).

Os meios de financiamento são exclusivamente o Norte 2020 e programas conexos.



Assembleia Municipal de Caminha

Os projetos previstos estão programados a 10 anos, isto é, 7 anos após a conclusão e fecho dos instrumentos de financiamento.

Se isto não fosse sério, e o documento de ordenamento mais importante do Concelho, daria para rir às gargalhadas!

A falácia é tanta, que se alegrem os Lanhelenses, vão ter a melhor marginal do país. Só pode ser! É que dos 11 milhões, este executivo municipal do PS prevê lá investir, através da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1, ou seja mais um Plano de Pormenor, 50.000 euros. É mesmo isso, ouviram bem. 50.000 euros.

Quem tem amigos destes, não precisa de inimigos!

Entretanto vão-nos entretendo com cartazes de intenções, pagos por todos nós e votações em orçamentos participativos, de projetos que já podiam estar executados no âmbito da Polis (como o cais dos pescadores)!

Por comparação e mais uma vez com o passado eramos acusados de obras eleitoralistas, mas sempre é melhor obras que intenções e engodos eleitoralistas!"

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e logo de seguida disse que a política não se faz de balelas, lamentando que algumas pessoas falam sem saber aquilo que estão a dizer, aconselhando a que antes de emitirem opiniões se preocupassem em conhecer melhor os dossiers, logo, deve haver algum respeito. Disse ainda o Senhor Vereador que vai repetir aquilo que já disse, mas, tem que o fazer e disse que, o atual PDM foi aprovado fez há dois dias, vinte e um anos, e em 13 de fevereiro de 2006 foi deliberado proceder à sua revisão e foram aprovados os termos de referência. A revisão foi adjudicada a uma equipa externa em junho de 2007 e reuniu a primeira comissão de acompanhamento em 20 de setembro de 2007. Reuniu a segunda comissão de acompanhamento em 9 de julho de 2010 e foi uma reunião para apresentar o relatório de fatores críticos para a decisão.



Assembleia Municipal de Caminha

Em 8 de fevereiro de 2013 foi apresentada a proposta de Reserva Ecológica Nacional (REN) à Comissão Nacional da Reserva Ecológica. Em junho de 2013 teve lugar uma reunião de concertação e a Comissão Nacional não aprovou a REN que foi apresentada”.

Entretanto mudou o executivo e o Senhor Vereador Guilherme Lagido explica que foram confrontados com duas possibilidades: “ou se mantinha a proposta inicial e a defendia-se convenientemente, ou voltava-se à estaca zero e iniciávamos todo o processo”. Disse o Senhor Vereador que se voltassem ao início do processo que implicaria sujeitar-se às novas regras da REN “extremamente mais penalizantes do que as iniciais”, e explicou que, assim sendo o executivo optou por defender a proposta já existente, elaborada pelo anterior executivo, proposta essa que incluía “25 propostas de exclusão à REN e, dessas 25, foram aceites 20”. Neste, entretanto, refere o Senhor Vereador Guilherme Lagido que muita da legislação existente foi sendo alterada o que acabou por complicar o processo. Mudou a lei de bases do ordenamento do território em 2014, mudou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em 2015 e mudaram os critérios de classificação e reclassificação de solo, e cita que o primeiro paragrafo deste Decreto Regulamentar diz “a aprovação da Lei de Bases e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, operou uma profunda reforma do modelo de classificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável”, refere então o Senhor Vereador que se o PDM tivesse sido revisto “a tempo e horas” poder-se-ia ter mantido o solo urbanizável do anterior PDM, mas como isso não aconteceu, as regras passaram a ser muito mais condicionantes do que foram no passado. “Por isso não adianta virem ali com retóricas dizer que faziam assim e assado porque existe um conjunto de procedimentos iniciados no passado e um desleixo da revisão do PDM que conduziu à situação e ao beco a que conduziu. Disse ainda o Senhor Vereador que o Concelho de Caminha tem 137Km² e a área urbana no PDM que está agora a chegar ao fim era de 1405 hectares. A área urbana proposta no novo PDM é de 1522 hectares o que significa 117 hectares a mais.



Assembleia Municipal de Caminha

A área urbanizável do anterior PDM eram 734 hectares que foram utilizados ao longo de 21 anos, apenas 27,6%. Quer isto dizer que menos de um terço da área urbanizável prevista há 21 anos foi utilizada. Apenas 3 freguesias ultrapassaram um terço: Vila Praia de Âncora, Moledo/Cristelo e Seixas. O Senhor Vereador apresentou outros dados que considerou relevantes para a explicação da situação, e disse que a rede abastecimento de água do Concelho tem 302 Km, a rede de saneamento tem 115Km, a população do Concelho de Caminha de 2001 para 2011 diminuiu, aumentou de 1991 para 2001, de 16207 para 17069, mas, diminuiu de 17069 para 16684 de 2001 para 2011, pasmem, a população espetável do PDM que agora está a chegar ao fim, previa que ao fim de 10 anos a população fosse de 46 mil habitantes, ou seja, mais 30 mil habitantes do que a que tinha na altura. Por fim o Senhor Vereador deixa mais um dado porque não basta vir ali dizer balelas, portanto, no Concelho de Caminha há 157 loteamentos que não estão totalmente ocupados, logo, as opções neste PDM foram não alargar os perímetros urbanos, colmatar as áreas dentro do perímetros urbanos, pretendendo-se estimular a infraestruturação dos espaços urbanos aumentando a sua funcionalidade, de forma a contrariar o que se passa em alguns locais do Concelho onde há problemas terríveis de inundações e onde os perfis dos arruamentos não permitem sequer a passagem de um veículo de bombeiros. As coisas têm que ser devidamente pensadas e não podemos deixar construir de forma anárquica como aconteceu em alguns locais. Refere ainda o Senhor Vereador que se deve promover o turismo, no entanto sublinha que não é um turismo de marinas. “Falar em marinas quando temos a costa atlântica extremamente assoreada e com grandes dificuldades, não lhe parece muito lógico”, agora aproveitar os acessos ao Porto de Viana e às vias de comunicação rápidas é algo que concorda e garante que isso está previsto no novo PDM, e é por isso que este PDM prevê a criação de uma nova Zona Industrial e o alargamento de uma outra já existente, na Gelfa. Disse o Senhor Vereador que não é verdade quando dizem que tudo reverte para rural, portanto, a área Empresarial de Argela/Vilar de Mouros está sujeita a Plano de Pormenor, porque está em área de Reserva Ecológica Nacional e uma das condicionantes é



Assembleia Municipal de Caminha

apresentar um Plano de Pormenor para essa Zona Industrial, logo, não se pode dizer que é uma Zona Industrial sem infraestruturas. A área da Gelfa é diferente, porque apesar de apanhar um pouco de Reserva Ecológica, a Comissão da Reserva Ecológica foi mais permissiva e considerou como Área Empresarial. Portanto, esta proposta de colmatção, excluindo a ocupação urbana que vai haver na grande maioria das tais unidades que estão sujeitas a Plano de Pormenor, excluindo os 157 loteamentos que estão por ocupar, contando apenas com as áreas de expansão previstas neste plano, permitem aumentar a população do Concelho de Caminha em 10 mil habitantes.

Recorda, então o Senhor Vereador que este plano, que “alguns classificam de tecnicamente ser uma porcaria”, foi aprovado pelas várias entidades encarregadas de fazer a apreciação da proposta, portanto, as várias entidades encarregadas de fazer a apreciação da proposta técnica, que são só 22, aceitaram essa porcaria. Enfim, o executivo pode discutir todas as opções possíveis e imaginárias, mas tem que olhar para as coisas como elas são. Disse ainda o Senhor Vereador que não aceita de modo nenhum que esta proposta seja castradora do desenvolvimento do Concelho, porque, se esta é castradora e a outra não era, tiveram durante 21 anos um PDM que ninguém quis rever e que em vez de aumentar diminuiu a população, logo, deve-se ponderar aquilo que diz e estudar as questões.

Quanto aos Incêndios, disse o Senhor Vereador que esta é uma questão que o preocupa, porque existe um conjunto de ideias, mas que numa situação de catástrofe falham redondamente, referindo que o baldio de Riba de Âncora que era daqueles que era exemplar na forma como era gerido e numa situação de catástrofe ardeu em pouco tempo, isto quer dizer, que a forma como se está organizado na forma da gestão florestal não é suficiente para situações extremas, o que significa que se tem que retomar formas associativas, e aquelas que estão ao nosso alcance são as ZIF's, e são aquelas que já estão de forma avançada para constituir duas ZIF's para o Concelho de Caminha, uma para as três Argas e outra para o restante Concelho, e também tem que se ter uma gestão florestal abrangente aproveitando uma estrutura fundiária relativamente amigável para uma



Assembleia Municipal de Caminha

gestão alargada que são os baldios e tentando captar para a causa particulares que muitas das vezes não sabem quais são as parcelas, portanto, numa situação de catástrofe o combate não pode ficar circunscrito a um baldio, porque este pode passar de um para o outro e aí tem que haver uma estratégia mais alargada, e este assunto tem sido muito debatido quer com a Associação Florestal do Minho, quer com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Caminha e existe aqui uma unanimidade. Posteriormente, pressionando os organismos centrais (Proderes e Etc), tem uma série de projetos em carteira e não dão resposta se são aprovados ou recusados para que se possa fazer as intervenções necessárias como nas redes primárias, etc, logo, este é um assunto que tem de ser encarado de maneira diferente o qual carece de uma visão diferente e o qual deve ter uma atitude muito mais agressiva do que tem tido até ao momento.

O **Senhor Presidente da Câmara**, deu início à sua intervenção e disse relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Mesa, que se tratou de uma intervenção muito clara e expressiva do modo pessoal como pode falar, e esteve muito bem, tanto pelo percurso pessoal, profissional, político, cívico que ali deixou patente, o qual merece o respeito de todos, e, todos merecem o respeito do outro e isso passa por condenar o insulto e o ataque miserável, através da palavra escrita. Disse o Senhor Presidente que o Senhor Presidente da Mesa foi alvo de um ataque miserável, torpe, insultuoso o qual não dignifica quem o fez, desse modo, o Senhor Presidente demonstra toda a sua solidariedade para com o Senhor Presidente da Mesa e espera aqueles que demonstram tanta coragem, a coberto dos jornais que os protegem que possam agora ali ou noutra Assembleia convocada para o efeito desafiar este plenário para tomar uma decisão sobre o seu papel, sobre o seu trabalho e a sua honestidade.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vilar de Mouros, Carlos Alves, o Senhor Presidente agradece-lhe as palavras que lhe dirigiu, assim como à Câmara, agradece-lhe ainda o Senhor Presidente pelo facto de ter levado para esta sessão o tema do Festival Vilar de Mouros, o qual julgava o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente que fosse levado pela mão do PSD, e este seria o momento para que o PSD tivesse um ato de contrição e dizer que se enganou ao não querer e ao ser contra o Festival de Vilar de Mouros durante o seu mandato, e em segundo lugar ao ter apresentado um modelo que não estava preparado para ter sucesso, que impôs a todos a dois meses das eleições, e em terceiro lugar pedir desculpa pela campanha soez que fez durante todos estes meses de ataque, anti Festival de Vilar de Mouros, torcendo para que tudo corresse mal. Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD não deve ter tido tempo para fazer essa intervenção, provavelmente irá fazê-la mais tarde, mas, quem ganhou foi o festival e todos aqueles que trabalharam para fazer regressar um festival mítico. Para, aqueles que não gostam do festival, ou que não o quiseram ou ainda que não o souberam concretizar, esses perderam, mas, julga o Senhor Presidente que todos ganharam no Concelho de Caminha e muitas das vezes diz-se que os políticos e as políticas são iguais, mas, neste caso é fácil de perceber quais os políticos que desejaram e concretizaram o Festival de Vilar de Mouros, e os políticos que nunca o fizeram, que o atacaram e que fizeram para que corresse mal, logo, existe aqui uma distinção muito clara.

Relativamente à intervenção da Senhora Tesoureira de Vila Praia de Âncora, Patricia Moreira, quanto à crítica sobre a animação de Verão, disse o Senhor Presidente, e aquilo que tem ouvido neste plenário por parte do PSD, que é o partido que também está na Junta de Vila Praia de Âncora, é que existe um exagero na organização de eventos e de animação de Verão, portanto, refere o Senhor Presidente que tem dificuldade em compreender qual a verdadeira posição do PSD, ou se existe ou não sintonia entre o partido e as Juntas que são apoiadas pelo PSD como é o caso de Vila Praia de Âncora, e aquilo que o Senhor Presidente diz é que tem que haver animação de Verão espalhada pela freguesia, e foi isso que se tentaram fazer, logo, o Senhor Presidente fez alguns apontamentos daqueles que foram os eventos de Verão que foram realizados distinguindo-os daquilo que alguma vez se tinha realizado no passado, porque, não existe nenhuma animação de Verão que se fizesse em Vila Praia de Âncora que se



Assembleia Municipal de Caminha

deixasse de fazer, mas, houve novos eventos. Portanto, nestes meses de Verão houve o Fado Forte com duas intervenções de cantores de renome, isto na zona do Portinho, houve o Âncora Folk; também com duas intervenções uma na Zona do Portinho e outra na Praça da República, sendo esta também uma segunda animação que não existia; houve o Festival Blues e Soul Music, durante três dias a decorrer na Praça da República; houve o espetáculo dos Coros de Verdi do Orfeão de Vila Praia de Âncora que decorreu no Dólmén da Barrosa, local em que não é habito fazer-se nenhuma atividade; houve a Festa do Mar e da Sardinha, evento que já era realizado, onde não se pode contar com a presença da Junta de Freguesia no ato de inauguração, provavelmente por causa de agenda; houve o Festival do Espadarte, atividade que decorre durante duas semanas em agosto, onde também não se pode contar com a presença da Junta de Freguesia no ato de inauguração, provavelmente por causa de agenda; houve o Espetáculo Stone Walls, na zona do Portinho, organizado por privados com o apoio da Câmara Municipal; houve a atividade Xtrim, realizada nas Camboas, tão criticada pelo PSD; houve a atividade Patronato Forte, realizada no Portinho com o apoio da Câmara Municipal, houve o Festival Internacional de Habaneras, pois também é uma nova atividade organizada pelo Orfeão com o apoio da Câmara Municipal; houve o Campeonato de Futebol de Praia, organizado pelo Âncora Praia com o apoio da Câmara Municipal e criticado pelo PSD; houve o Arraial do Futsal, organizado pelo secção de Futsal do Âncora Praia com o apoio da Câmara Municipal; houve o apoio dado às Festas da Nossa Senhora da Bonança com o espetáculo do Cancioneiro, organizado por algumas associações do nosso Concelho e com o apoio da Câmara Municipal; houve as Festas de St.^a Marinha, apoiadas também pela Câmara Municipal; as Feiras de Antiguidades, apoiadas pela Câmara Municipal, qua acontece todos os meses na Praça da Republica; e disse o Senhor Presidente que quando se fala do défice de apoio ou se tenta passar uma ideia que não se pode trazer nomes de renome como Raquel Tavares, Ricardo Ribeiro e outros, porque se deve apostar na prata da casa, refere o Senhor Presidente que estes espetáculos como o Âncora Folk, nascem da sociedade civil da vontade de



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'X D' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

junção do Etnográfico com outros ranchos folclóricos, que o Cancioneiro nasce da vontade da agregação e de energias e de inteligências da Academia Fernandes Fão com o Etnográfico de Vila Praia de Âncora e com as Cantadeiras de Orbacém e outros cantores, que o Orfeão promoveu os Coros de Verdi e as Habaneras, logo, julga o Senhor Presidente que está demonstrado, que a atividade existe e a qual incentiva as instituições locais, portanto, referiu 15 atividades só nos meses de Verão para Vila Praia de Âncora. Disse ainda o Senhor Presidente que estas atividades incentivam também a sociedade civil, porque, alguns privados investiram para terem alguma animação nas ruas de modo a complementar esta oferta e isto pode ser seguido por outras instituições como a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, porque tem condições para isso, uma vez que nos últimos três anos as transferências feitas da Câmara para a Freguesia de Vila Praia de Âncora subiram 67% em relação ao anterior executivo, logo, existe aqui a capacidade da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora fazer o seu trabalho, de se poder juntar à comunidade e a Câmara Municipal naquilo que se torna necessário fazer.

Relativamente às intervenções do Senhor Deputado Manuel Falcão, do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e do Senhor Deputado Rui Taxa, quanto à Ancorensis, disse o Senhor Presidente que este tema já deu, aquilo que tinha a dar em termos de polémica, de agressividade e de incapacidade de se poder encontrar soluções, isto julgava o Senhor Presidente, mas, de facto ainda existem divisões que custam a ultrapassar, então, refere o Senhor Presidente que perante uma dificuldade que foi criada, sobre aquilo que tem a ver com interpretação com determinado despacho e que provocou da parte da Ancorensis tomadas de posição em julho e agosto que são opostas, as quais vieram criar problemas à Escola Publica e ao Agrupamento de Escolas, mas, aquilo que o honra é foi cumprido o mandato que a Assembleia Municipal deu em toda a linha, portanto, em primeiro lugar o Ensino Secundário manter-se em Vila Praia de Âncora, porque, como todos sabem foi aprovada uma Moção que exigia essa manutenção e a possibilidade de manter os nossos jovens no ensino pré-universitário em Vila Praia de Âncora, e o PSD votou contra, mas, conseguiu-se que o ensino Secundário se mantivesse em



Assembleia Municipal de Caminha

Vila Praia de Âncora, este não é um Ensino Secundário que dependa da vontade de cinco pessoas, que votam e fecham a escola de uma noite para o dia, portanto, está-se a falar do Ensino Secundário público que tem o escrutínio que não tem o Ensino Secundário privado ou outro, e que por isso dá uma nota de um trabalho constante que de facto o ensino privado não consegue dar, logo, cumpriu-se e cumpriu-se com as obras que eram necessárias na Escola Secundaria Nova que agora existe, porque em Vila Praia de Âncora nunca existiu uma Escola Secundaria publica, e deste modo, o ano começou muito bem, mas com os problemas que o Senhor Deputado ali elencou, porque em apenas 15 dias mudou o panorama que o Agrupamento tinha à sua frente para poder fazer horários, contratar professores, funcionários e etc., portanto, esses problemas existem, mas, a boa nota é que estes são problemas que tem que ser resolvidos, mas não colocaram em causa o trabalho que foi realizado pelo Agrupamento, pais e professores. Disse ainda o Senhor Presidente que havia razões para se temer, porque, houve neste Concelho de Caminha através do PSD e por puro preconceito ideológico um ataque duríssimo à Escola Pública que ainda hoje ali foi repetido e replicado. Disse o Senhor Presidente que a Escola Pública, Senhores Deputados, já não é Escola Pública, agora é Escola Pública Socialista, veja-se o preconceito ideológico de quem não consegue perceber que as centenas de famílias, professores e funcionários que hoje estão na escola pública, são o sustentáculo da educação do nosso País e do nosso Concelho. Disse o Senhor Presidente que sem a escola pública, como o PSD votou contra, para receber os alunos de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora, hoje provavelmente tinha-se menos 200 alunos no Concelho de Caminha, e aqui está a diferença entre os posicionamentos. Disse também que o posicionamento do PSD nesta matéria é um posicionamento dececionante, abandonaram a discursão politica e publica desta matéria, deixando de fazer propostas e são contra tudo, contra as Escola Pública, contra as obras na Escola Secundaria Pública, contra a colocação de professores, assistiu-se a um determinado de declarações e até mesmo de professores com responsabilidade na Escola Ancorensis que agora estão colocados na Escola Pública, porque foi esse o



Assembleia Municipal de Caminha

local de recuo para as suas vidas e para as suas famílias e aquilo que se viu naqueles momento, não se vê agora ali partilhado, logo, este talvez seria o momento de todos ponderarem para ver realmente qual o papel que se teve neste tema, e o importante foi como a Escola Pública, as famílias, Agrupamento souberam reagir, apesar de todos os ataques que sofreram, e de tudo aquilo que foi dito sobre a Escola Pública, chamando à Escola Secundária de Vila Praia de Âncora, apesar de ser uma vitória para todo o Concelho, de Campo de Concentração, e por responsáveis políticos do PSD de alto gabarito e esta é uma diferença total sobre posicionamentos nesta matéria, sobre quem contribuiu para encontrar uma solução. Disse o Senhor Presidente que todos aqueles que se matricularam na Escola Pública, todos eles estão colocados, e mesmo alunos que se matricularam em Viana do Castelo, estão a regressar, porque já perceberam a qualidade e acompanhamento da escola tanto em Caminha como em Vila Praia de Âncora. Disse também o Senhor Presidente que tinha duas preocupações, pois trata-se dos professores despedidos e do pessoal não docente, referindo quanto aos professores que todos daqueles que se candidataram ao ensino público que davam aulas na Ancorensis, apenas três ainda não tinham conseguido colocação, claro que esta é uma situação preocupante porque se está a falar de três famílias, mas dos quarenta que davam aulas na Ancorensis, ou seja, de todos aqueles que se candidataram apenas três é que não conseguiram colocação, logo isto não quer dizer que a situação esteja toda ela resolvida, mas, está em grande parte resolvida. Disse o Senhor Presidente que quatro desses professores estão no Agrupamento Sidónio Pais, mas, aquilo que o preocupa no momento é a situação do pessoal não docente, pois tem reunido com os sindicatos e com os funcionários, uma vez que estas pessoas ainda não estão formalmente despedidas, o que quer dizer que qualquer alternativa que possa surgir amanhã, não poderá ser agarrada por nenhuma destas pessoas, quer seja uma alternativa encontrada pelos próprios ou pela Câmara Municipal, por isso, o Senhor Presidente disse que aquilo que se comprometeu fazer com estas pessoas é exatamente o inverso daquilo que a Câmara fez no passado relativamente aos funcionários despedidos da Ancorensis,



Assembleia Municipal de Caminha

que foram na altura 100 funcionários e sobre essa situação a Câmara da altura não fez nada, pouco se importou e essas pessoas foram para a rua, mas, hoje isso não acontece, porque houve uma mudança política no Concelho, e existem pessoas e agentes políticos que querem resolver a situação, e este foi o compromisso que o Senhor Presidente assumiu com as pessoas.

Por fim o Senhor Presidente deu um conselho ao PSD, para que deixe este tema da Ancorensis, porque, se trata de um tema incomodativo em perceber como o PSD se enreda nas suas próprias contradições e no seu próprio desconhecimento da situação, não se trata de nenhum retrocesso se poder ter Ensino Secundário Público em Vila Praia de Âncora, porque aquilo que se está a fazer é defender o direito ao ensino por parte dos nossos cidadãos, havendo a oportunidade de estudarem no seu Concelho, logo, o executivo contribuiu para que isso acontecesse. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse ainda o Senhor Presidente que conseguiu incluir neste tema e debate sobre a Ancorensis, um dos temas preferidos do PSD ao longo destes três anos, pois trata-se do tema, do Continente Bom Dia, e este é um tema de disparates que acaba por manchar aquilo que é a credibilidade do debate político em Vila Praia de Âncora, mas, no momento a preocupação do Senhor Deputado Rui Taxa tem a ver com os despedimentos como se estava a debater a questão da Ancorensis e como por exemplo, refere o Senhor Presidente que se a ação popular tentada pelo cidadão João Silva tivesse tido uma sentença favorável, o Continente podia fechar e os setenta funcionários seriam despedidos, e nesse contexto percebeu o Senhor Presidente a preocupação do Senhor Deputado Rui Taxa, mas, disse-lhe o Senhor Presidente para o descansar, que a ação do Continente contra a Câmara Municipal e contra o Ministério da Economia que falava da total incapacidade da Câmara gerir um processo, de várias ilegalidades e irregularidades, que hoje tinha sido informado que o Senhor João Silva desistiu da instancia, mesmo antes da sentença, portanto, mesmo antes do Tribunal se pronunciar sobre a bondade de um ou outro argumento o autor, o Senhor João Silva desistiu da instancia, pensa o Senhor Presidente que foram avassaladores todos os pareceres, incluindo o



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Ministério Público sobre esta questão, portanto, não precisa o Senhor Deputado de preocupar os funcionários do Continente, porque não vão ser despedidos, todos podem estar descansados sobre esta questão, porque se conseguiu combater o desemprego, e trabalhar em prol de mais progresso e desenvolvimento quer para Vila Praia de Âncora, quer para o Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Mesa**, ao abrigo do n.º3 do art.º 22 do Regimento concedeu um período de 3 minutos para réplica política, para cada grupo municipal.

A **Senhora Deputada Patricia Moreira**, disse que são três elementos que fazem parte do executivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, sendo o Presidente Carlos Castro, Secretario Luis Matias e Tesoureira a própria, são independentes, com o apoio do PSD, e disse quanto aos eventos, que quando referiu a prata da casa era promover o Folclore, o Verdi como aconteceu, o Orfeão, promover pequenos grupos como os Cavaquinhos de Riba de Âncora. Quanto às verbas que o Município transfere para a Junta, todas elas são canalizadas em prol da Freguesia, tanto nos eventos como nas solicitações, e subsídios, e outras.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que agradece a intervenção do Senhor Vereador Guilherme Lagido, principalmente no que diz respeito ao PDM, ao fazer o seu histórico, quando refere que o PDM atual é de 1995, que permite concluir que o executivo municipal liderado pela Senhora Deputada iniciou a sua revisão com uma Lei passado 10 anos, cerca do ano 2006 e que em 2008 com a alteração legislativa que aconteceu, que todo o trabalho que se tinha desenvolvido até ao momento foi enquadrado na nova legislação, o que quer dizer que apenas foram desperdiçados três anos de trabalho, logo, a Senhora Deputada relembra o Senhor Vereador que de 2008 a 2013 apenas são 5 anos e não 20 anos como ele referiu, e que a Senhora Deputada apenas foi Presidente de Câmara durante 12 anos e não 20 anos. Disse ainda a Senhora Deputada que este executivo insiste na argumentação do acessório em detrimento do essencial como se o facto do PDM



Assembleia Municipal de Caminha

ter 10, 15 ou 20 anos influenciasse o que quer que seja na qualidade do PDM que está neste momento em fase de discursão pública. Disse também a Senhora Deputada que consideram que todos os constrangimentos que ali elencou são absolutamente compreensíveis no caso em questão são legítimos, mas, no caso deles são constrangimentos de desleixo ou de falta de interesse, portanto, não é logica nem coerente a argumentação do Senhor Vereador. Por fim a Senhora Deputada disse que este PDM não teve uma verdadeira discursão pública, sendo aquilo que o Senhor ali disse ter sido um bom exercício, o qual deveria ter acontecido mais vezes para que todas as pessoas tivessem a oportunidade de expor as suas duvidas, uma vez que, na única explicação que foi feita, as pessoas nem sequer tiveram a oportunidade de colocar as suas duvidas, apesar de agora poderem apresentar as suas reclamações, mas, volta a reafirmar a Senhora Deputada que este PDM não foi discutido, o qual deveria ser apresentado pelo Concelho todo para que houvesse uma ampla discursão, e isso não aconteceu, portanto, é este o ponto de vista da Senhora Deputada, e como foi eleita Deputada para o defender, logo, não são balelas.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta réplica vai no sentido da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, ou seja, a CDU também se mostra solidária com o Presidente da Assembleia Municipal.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, disse que estão previstos duas discursões públicas, sendo uma sessão na segunda semana após o inicio do discursão publica em Caminha, a qual já se realizou, e com sala cheia e a outra segunda sessão publica ocorrerá no âmbito da discursão pública, na penúltima semana antes do fim da discursão pública, que será no dia 3 de outubro, para que a discursão se faça com algum conhecimento, e para desse modo se sentir mais a participação pública. Disse ainda o Senhor Vereador que os técnicos do Município já atenderam mais de noventa pessoas, inclusivamente também o Senhor Presidente já atendeu algumas pessoas, assim como ele próprio. Disse ainda o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Vereador que já existem mais de 20 participações públicas, e na sessão pública fizeram-se todas as perguntas que as pessoas entenderam, e respondeu-se a todas elas, logo, não se pode dizer que é uma discursão pública aligeirada ou que não há discursão pública, portanto, tem-se esclarecido tudo aquilo que há para esclarecer, sendo que o Município está interessado para que haja discursão pública, uma vez que esta é a melhor forma de aferir coisas que às vezes não estejam tão bem como se pensa, nomeadamente quanto as delimitações de algumas situações urbanas.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha e restante Vereação, Senhores(as) Deputados(as) municipais e Presidentes de Juntas de Freguesias, Exmo. Público presente e a todos os que nos acompanham, e leu o seguinte:

“A bancada do PSD tem manifestado a sua preocupação pela evolução negativa da situação financeira do município atualmente.

Na ultima assembleia recordamos a todos, as afirmações do senhor presidente da Câmara, no início de mandato, de que não tinha dinheiro para pagar um prego, devido à herança recebida do anterior executivo, da responsabilidade do PSD. Na verdade, não nos cansaremos de repetir que tinha cerca de 2,4 milhões de euros em bancos, conforme consta do relatório da auditoria de 31.10.2013, que vocês mesmos solicitaram.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Mas V.Exas., hábeis no manuseamento da informação, vieram depois dizer que afinal havia dinheiro. O Senhor Presidente acabou por assumir, três anos mais tarde que afinal havia dinheiro, mas, pasme-se a Assembleia, era uma ficção.

Temos dificuldade em perceber como é que dinheiro é ficção.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, se tínhamos dinheiro em bancos, se o anterior executivo terminou o seu mandato a pagar a fornecedores a menos de 90 dias como a lei o exigia como é que esse dinheiro é ficção.

Sempre ouvimos falar de dividas a pagar e de dividas a receber, e nessa base Caminha estava em 31.12.2013, pelos dados que estão documentados, como das melhores do Distrito.

Repetimos, era das melhores câmaras do distrito e não somos nós que o dizemos, confirmam-no os dados oficiais.

Mas V.Exas. vão dizer sempre o contrario! Já no passado, o PS dizia que o esforço financeiro do anterior executivo para comprar vários edifícios e terrenos não eram relevantes!

Se não fossem relevantes hoje não estaríamos neste edifício, por exemplo.

Se não fosse relevante não se teria adquirido os terrenos das piscinas municipais e pago com dinheiro em caixa, sem recorrer a empréstimo.

Não se teria adquirido a casa do Arquiteto Ventura Terra, a casa do Dr. Sidónio Pais e poderíamos continuar.

Caminha de 2001 a 2012 aumentou o seu património em cerca de 57 milhões de euros.

Agora cresce a teoria do facilitismo, do show off, da teatralidade, da orquestração, e da vossa vontade de caluniar uma gestão honrosa de 12 anos do município de Caminha.

Com certeza com alguns erros, eram humanos, mas que requalificaram ruas, avenidas, jardins, monumentos, cineteatros, quartéis de bombeiros e muito, muito mais.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

V. Exa, diz à boca cheia, sempre que confrontado com os números que não lhe são favoráveis que agora é que se cumpre a legalidade, agora é que o dinheiro é bem gerido.

Pois, mas o Senhor presidente ainda tem de justificar a esta assembleia como é que diz que cumpre a lei e manda atuar o Anselmo Ralph em agosto e só se lhe faz o contrato e a respetiva cabimentação de despesa em outubro.

Poderíamos referir mais exemplos, nomeadamente alguns bem recentes...

Mas a verdade é que é esta sua gestão descontrolada, de mandar efetuar prestação de serviços sem saber se tem dinheiro que levou ao triste cenário com que nos deparamos hoje, com encargos assumidos e não pagos no valor de mais de 4 milhões de euros, fora o que nós não sabemos, e um prazo médio de pagamento de 118 dias.

Continua a pagar tarde e mal e a aumentar de forma assustadora as dividas a fornecedores.

Para além destes 4 milhões de encargos por pagar, está claro na vossa informação financeira que só têm de disponibilidades cerca de 140 mil euros.

Com estes valores percebemos a vossa agonia atual.

Estes valores são elucidativos da vossa política ruinosa de diminuir à receita e aumentar à despesa.

Agora V. Exas, ficaram mesmo sem dinheiro para comprar pregos.

É tão grave que V. Exas, neste momento já têm de recorrer de forma abusiva ao factoring e ao confirming para fazer face às despesas a fornecedores que lhe exigem e bem o pagamento das prestações de serviço efetuadas".

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Esta Assembleia Municipal ocorre num período em que uma maioria substancial dos nossos munícipes regressam ao trabalho, regressam às escolas, regressam à sua vida quotidiana.

O período de férias terminou e com ele encerramos as grandes festividades que marcaram o verão no nosso concelho.

Este foi um verão que o Partido Socialista considera como sendo um verão de sucesso, uma aposta ganha e para repetir nos próximos anos.

Dirijo aqui estas palavras para os mais esquecidos, mas acima de tudo para os arautos da desgraça, como foram o PSD Caminha, os vereadores do PSD e ainda certos deputados do PSD.

Houve quem, nesta Assembleia e nas redes sociais, tivesse por diversas vezes afirmado que o atual executivo não tinha estratégia, que andava à deriva, que só vivia de festas e festinhas, que o município tinha parado no tempo, que o Presidente da Câmara era um catraio sem experiência.

Pois bem, foi este catraio sem experiência que colocou o nosso concelho na rota do Turismo nacional e internacional.

Conforme consta da informação escrita, tivemos o Rally de Portugal, o Artbeerfest, a Feira Medieval, a Festa do Mar e da Sardinha, o Festival do Espadarte e o mítico Festival de Vilar de Mouros (que registou enchentes sucessivas nos três dias em que se realizou e que fechou em festa, com o aplauso unânime da imprensa e a certeza de que o mítico festival está de volta e veio para ficar).

A aposta no Turismo de qualidade no nosso concelho levou a que se abrissem novos equipamentos hoteleiros, novos restaurantes e novos estabelecimentos ligados ao turismo. Mas a par do investimento privado, o executivo da Câmara Municipal fez também o seu papel. Fizeram-se investimentos de elevada qualidade, envergadura e estruturais para a economia, turismo e cultura do concelho, valorizando-se assim o espaço público. São exemplos disto mesmo: a requalificação do Mosteiro de São João d'Arga, os Moinhos da Pardal em Riba de Âncora, a nova Biblioteca Municipal (que recuperou um quarteirão do Centro Histórico de Caminha e possibilidade recebermos alguns Congressos), as novas



Assembleia Municipal de Caminha

ecovias, as quatro bandeiras azuis (pelo segundo ano consecutivo, como nunca aconteceu no concelho de Caminha).

De janeiro a agosto de 2016, o número de atendimentos dos Postos de Turismo de Caminha e Vila Praia de Âncora cresceu 9,5% relativamente a 2015. Aqui destacamos a subida do número de turistas vindos de França, Alemanha e dos países do leste da Europa.

Até ao final de agosto deste ano, o albergue de peregrinos de Caminha registava já mais dormidas do que em todo o ano de 2014, cerca de 2217 dormidas a que não é alheio o investimento na promoção que se tem feito, quer através da comunicação social, quer através da melhoria das condições de atravessamento do ferryboat. O número de peregrinos que passa pelo concelho de Caminha é muito superior a este, mas, os indicadores daqueles que ficam a dormir no albergue releva o crescimento exponencial desta vertente turística e cultural. Para percebermos a evolução, o número de caminheiros em final de agosto de 2016 é 3 vezes superior ao número registado em todo o ano de 2013.

Caras e Caros Municípes,

Para muitos profetas da desgraça, o rumo traçado pelo Presidente Miguel Alves, é o rumo errado.

Mas, como se pode constatar, os números e as vivências na nossa terra falam por si.

Mais dinamismo, mais economia, mas vida nas freguesias.

Não poderia terminar esta minha intervenção sem aflorar os números do desemprego no nosso Concelho.

Em junho, o Concelho de Caminha atingiu o número mais baixo de desempregados desde dezembro de 2009. Segundo os dados do IEFP, em julho estavam registados 594 desempregados do concelho de Caminha o que representa o valor mais baixo dos últimos 6 anos e meio. Nos últimos 2 anos e meio, o número de desempregados diminuiu 43% graças à dedicação das famílias, ao esforço das empresas e às políticas seguidas.



Assembleia Municipal de Caminha

Há certamente coisas a melhorar, há certamente objetivos por alcançar, mas nem a mais demagógica das maledicências pode esconder o que se está a passar no nosso Concelho, o que se passou este Verão, o que se tem passado nestes últimos 2 anos. E podemos criticar, mas devemos também dar os parabéns a quem luta diariamente para fazer da nossa terra uma terra melhor, com mais empresas, com famílias mais felizes, com agentes políticos dinâmicos, com freguesias interventivas.

Este executivo tem demonstrado que com menos é possível fazer mais!”

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Balanço da Animação Cultural”

Limitam-se a dar seguimento a todos os eventos que os executivos do PSD iniciaram, mas cada vez o fazem com menos qualidade! De ano para ano se vê degradar a Festa do Mar e da Sardinha, a Feira Medieval e, só não acontece o mesmo com a Festa das Flores por mérito exclusivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e da sua população.

- Até os eventos de que V. Exas., foram promotores como o Entre Margens de ano para ano perdem qualidade!

Abrimos aqui a exceção e uma nota positiva para o Sonic Blast, Artbeerfest, o Triatlo, ou o Trail da Serra de Arga, eventos que também foram iniciados, pelo anterior executivo, mas cuja organização do foro privado tem sido uma espécie de garante de qualidade.

Permitam-me que realce e agradeça o trabalho e esforço dos funcionários municipais, pois a verdade é que muito fazem!

O problema não é dos trabalhadores ou do seu trabalho, o problema é de quem detém o pelouro da cultura. V. Exa., Sr. Presidente, pois:

- Não há planificação e uma estratégia cultural!

- Promovem divulgam e noticiam eventos (como o festival de marisco que depois não acontecem!



Assembleia Municipal de Caminha

- Nos mesmos fins de semana promovem vários eventos que se estabelecem concorrentes uns dos outros e por vezes até das festas religiosas e de Instituições que põem em causa o esforço de tantos voluntários e no dia se vêm confrontados com eventos no mesmo dia e à mesma hora, alguns promovidos pela Câmara, tudo isto com o esforço sobre-humano dos funcionários.
- Abarracam o centro histórico de Caminha!
- Cortam sistematicamente o trânsito, prejudicando efetivamente o comércio local, pois afastam as pessoas que vêm à procura de lazer e não de confusão!
- Desvalorizam e desprezam completamente outras áreas e espaços como o parque Municipal, onde a única atividade municipal que se mantém, é a Feira das Velharias que também já vinha do executivo anterior;
- Para além de estar ao completo abandono, o bar do parque foi por opção deste Executivo agora promovido a armazém, mas vejam se ao menos desses 30 trabalhadores que têm na Câmara a recibos verdes, e que os sindicatos parecem ignorar, arranjam algum que permita que as casas de banho públicas estejam abertas.

A verdade é que foi o executivo do PSD que promoveu a requalificação do parque e construiu as casas de banho publicas. V. Exas., decidiram mantê-las fechadas e é degradante ver as crianças e utentes do parque a urinarem onde podem, com o espaço próprio para o fazer fechado!

E já que o Sr. Presidente gosta tanto de capitalizar para si o que não promove não lhe diz respeito não apoia e não tem qualquer intervenção, como é o caso do Albergue de Peregrinos e dos números a que se quer colar, veja lá se abre as casas de banho publicas do parque para beneficio desses milhares de peregrinos que a Santa Casa da Misericórdia em parceria com as Associação dos Amigos do Caminho de Santiago acolhe!

Finalmente e antecipando o show-off que o Sr. Presidente vai querer fazer com o Vilar de Mouros, queria dizer-lhe que não foi uma banhada como espetáculo, mas continua uma banhada como opção política, pois V. Exa., deixa fechar escolas, não apoia as nossas Instituições e IPSS's como os Bombeiros, o Patronato, a casa do



Assembleia Municipal de Caminha

Povo de Lanhelas, a Santa Casa da Misericórdia, que prestam um verdadeiro e fundamental serviço social à nossa comunidade porque alegadamente não tem dinheiro, mas a verdade é que nas suas prioridades no que toca a gastos estão sempre o rally, o Vilar de Mouros e tudo o que lhe der visibilidade. Para essas opções políticas V. Exa., não tem dificuldades financeiras”.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, solicitou para se ausentar da sala, por se encontrar doente.

b) – Aprovação da Ata da Sessão extraordinária de 09 de junho 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 09 de junho 2016**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, relativamente a esta ata, solicitou ao Senhor Presidente a resposta ao seu requerimento apresentado nesta sessão, o qual se encontra transcrito na página 44 desta ata.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que:

Reconhece a dificuldade na redação das atas, em particular de reuniões extensas como a de 09 de junho de 2016;

Valoriza a importância das atas não só na construção histórica dos factos, mas também na reflexão que promovem;

Reconhece o papel do presidente na condução dos trabalhos;

Entende que as atas não são uma transcrição das sessões, mas não podem omitir o sentido e o teor mais marcante das intervenções;

Salienta que não se podem branquear intervenções que põem em causa a idoneidade da representação legitimada democraticamente e que ofendem a qualidade de eleito municipal



Assembleia Municipal de Caminha

Conclui que nestes casos à fundamental a audição das gravações e incluir em ata o conteúdo exato das intervenções.

Nesse sentido solicita a seguinte alteração para corresponder integralmente aquilo que foi dito:

Alteração (página 27, penúltimo parágrafo)

Para terminar o Senhor José Manuel Presa disse que tinha mais umas palavras dirigidas aos autarcas do Concelho, que, entretanto, cortou e, retomando a sua intervenção disse: “E porquê, e porquê dirigir-me aos autarcas, eu sendo eu também autarca não me vou dirigir porque eu senti-me há pouco, no início desta assembleia, envergonhado com aquilo que estes senhores que foram eleitos fizeram. Vocês são uma vergonha. Portanto nós, aquilo que devíamos contar, aquilo que devíamos contar convosco afinal não podemos contar convosco para podermos intervir como sociedade. Como tal, eu descobri, surpreendentemente, que neste plenário, o partido político mais representado é a carneirite, foi o partido que eu descobri que é mais aqui representado. Simplesmente lamentável.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que não foi entregue nenhum documento escrito. Pergunta a Senhora Deputada ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro como é que obteve a gravação.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que possuía a gravação, como outros Deputados também a possuem.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções por não terem estado presentes.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do art.º 25 do Regimento, e uma vez que a ata se encontra aprovada, para apresentar o seguinte requerimento à mesa:

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Caminha

Tendo o sr. José Manuel Presa assumido, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Caminha realizada a nove de junho de dois mil e dezasseis, que se dirigia aos membros deste órgão máximo do município, eleitos municipais e presidentes de junta de freguesia, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, vêm os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária requerer a V. Exa. que solicite à Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora extrato da ata onde deliberou este órgão autárquico da freguesia mandar o seu presidente para, nessa qualidade, insultar os membros desta assembleia reunida na sessão supra identificada”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, solicitou um esclarecimento, e perguntou, qual a razão que um requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro é aceite pela mesa, e aqueles que ele apresenta são sujeitos a uma votação.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que também ia propor aos Senhores Deputados o requerimento apresentado, para ver se era aceite ou não. Após votação o requerimento foi aprovado por unanimidade. Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa, abre inscrições para discussão do requerimento.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que aquilo que lhe parece é que o fundamento do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado, consubstancia-se numa afirmação de que, a intervenção do Senhor José Manuel Presa é na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora. Pergunta a Senhora Deputada Júlia Paula ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, “Se o Senhor Deputado tem a certeza disso?”, e uma vez que está a



Assembleia Municipal de Caminha

perguntar ao Senhor Deputado Joaquim Celestino, agradece a Senhora Deputada para que seja ele a responder.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que são poucas as vezes que eles estão de acordo, mas também vão sendo, de vez em quando, algumas aquelas em que concordam. “E de facto” disse “não podia estar mais de acordo; no vosso lugar, para quem não leu a ata que acabou de aprovar, eu também faria a mesma pergunta. Como li a ata e a acabei de aprovar, eu leio então, pagina 26, citação “hoje e tendo em conta o assunto desta assembleia, dirijo-me a todos vós como munícipe, como Ancorense e como presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora. Acabei de citar, pagina 26.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que não ficou totalmente esclarecida, porque o facto de ouvir numa Assembleia, dizer que no inicio da sua intervenção falar que está ali na qualidade de munícipe ou de outras, isso poderá ser uma forma de expressão para reforçar o seu papel e não de todo lhe parece correto que se possa reduzir o papel e a intervenção como o Senhor Deputado Joaquim Celestino pretende do Senhor José Manuel Presa que estava ali na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, se assim for, então o requerimento ali apresentado não tem sentido, porque ele não estava ali a representar a Assembleia de Freguesia, mas, também estava ali na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, na qualidade de munícipe e Ancorense como o próprio refere no inicio da sua intervenção, portanto, como não é explicito, porque, o Senhor José Manuel não refere que está em representação da Assembleia de Freguesia ou que está na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, portanto, a Senhora Deputada tem duvidas quanto à forma e redação em que foi feita a intervenção pelo que não vai votar o requerimento apresentado.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que quando ele fez a sua intervenção, invocou o passado, mas, agora é uma outra coisa, pois, trata-se do presente.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que isto tudo só prova que esta questão não é clara, portanto, uma coisa é se estar mandatado para representar um órgão, e uma coisa, é num exercício público falar também na qualidade de algo, portanto, a Senhora Deputada continua com duvidas sobre o tipo de redação que está feita, logo, vai votar em consciência, porque, a intervenção do Senhor José Manuel Presa não é claro quanto a forma em como foi feita, uma vez que não refere que está a fazer a sua intervenção em representação da Assembleia de Freguesia.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a votação o texto do requerimento, o qual foi aprovado com 21 votos a favor e 12 votos contra.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto e disse que votaram contra, pelo facto de acharem que não resulta claro em como o Senhor José Manuel Presa tenha falado na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia em representação da mesma.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 30 de junho 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 30 de junho 2016**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 voto contra e 7 abstenções, por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos 0,8%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,34%.**

De acordo com a estratégia mencionada, propõe-se ainda:

Que haja redução até 50% da taxa do IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural e outros imóveis reabilitados que detenham certificado de eficiência energética máxima.

Que se aplique a taxa de 0,5% aos prédios urbanos avaliados que se encontrem devolutos ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com parecer da Proteção Civil Municipal, bem como prédios em incumprimento de obras coercivas.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“O PCP pauta-se por, nesta matéria, tanto no plano nacional como na ação autárquica, procurar, no código do IMI, incluir critérios de justiça e de alívio da carga fiscal sobre as famílias. Aliás, é interessante ver como a este nível outras forças partidárias se vão posicionando na corrente de maré, e como o PCP e a CDU não desarmam na sua firme convicção de que não será por políticas de agravamento fiscal sobre as famílias e as classes trabalhadoras, que a justiça social se alcança. Por isso, por proposta do PCP, o orçamento de estado para 2016 viu a redução da taxa máxima do IMI em 10% (de 0,5% para 0,45%), medida que foi firmemente combatida pelo PSD. Mas para esta “coerência de ocasião” da direita estamos já todos prevenidos, e das suas mudanças de posição fará justiça o voto popular, que seguramente não esquecerá que a atualização do valor patrimonial dos imóveis imposta pelo Governo PSD/CDS-PP, levou a enormes aumentos de IMI para as famílias, agravando desta forma as suas condições económicas e dificultando em muitos casos a manutenção da habitação.

Felizmente uma nova via política, democraticamente eleita, representativa da maioria da população portuguesa, procura promover este alívio sobre as famílias, o que será seguramente insuficiente, mas que é já um sinal positivo na política fiscal nacional. No entanto, sendo este imposto determinado pelos municípios, seria bom ver nele a mesma tendência. É certo que o valor de 0,34% é já um valor próximo do mínimo previsto no código de IMI, mas não é menos verdade que é igual ao anteriormente fixado. Será este o valor que o executivo pensa ser o mínimo possível no quadro da execução orçamental futura, ou será esse o valor que, no entender da Câmara Municipal de Caminha, que votou por unanimidade esta proposta, juntando PS e PSD, dizia, será este o valor que cobre a razão de, por definição, existir o IMI, enquanto imposto que, por princípio, contribui para o financiamento da autarquia e garante a sustentabilidade urbanística do território?

Para nós, PCP e CDU é claro que decisões políticas que determinem o aumento de despesa das famílias, não são agradáveis, e por vezes não são mesmo



Assembleia Municipal de Caminha

defensáveis, mas tranquiliza-nos não estarmos vinculados a qualquer aumento de encargos, o que é garantido na presente proposta. Pena é que nem todas as autarquias possam estar nestas condições, por via da aplicação de Planos de Equilíbrio Financeiro”.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que este exercício de equilíbrio entre receita e despesa, obriga a perceber de onde vem a receita da Câmara Municipal. Disse o Senhor Presidente que o IMI é um dos impostos que permite habilitar a Câmara através da própria receita a poder fazer obra e contribuir para que o espaço publico, associações, cultura, desporto possam ter o seu financiamento. Disse o Senhor Presidente que esse equilíbrio o tentou fazer, mas, desde o primeiro momento que o executivo disse que não o queria fazer à custa das famílias, que havia um dever e obrigação da Câmara Municipal tentar fazer o seu esforço para tentar que as famílias tivessem que fazer o menor esforço possível através do pagamento de impostos, mas, como viram o executivo tem que fazer um equilíbrio certo naquilo que são as contas, recordando o Senhor Presidente que fizeram esse equilíbrio de acordo para não afetar as famílias. Disse também o Senhor Presidente que quando chegaram à Câmara Municipal o IMI aplicado no Concelho, senão era o maior IMI do Distrito, seria o segundo maior, era um IMI que castigava as famílias do Concelho pelo máximo. Disse ainda o Senhor Presidente que o esforço que tem feito é gradual, mas racionalmente de acordo com aquela que é a despesa da Câmara Municipal, ou seja, no primeiro ano o IMI desceu até 0.36%, no segundo ano foi feito um maior esforço e desceu para 0.34% e tem-se mantido esta bitola, embora, fosse mais fácil aumentar para se tentar encontrar aqui uma fonte de receita, mas este executivo não o quer fazer. Disse ainda o Senhor Presidente que dessa perspetiva e acompanhando aquilo que tem acontecido a nível da politica nacional, onde há pela primeira vez a partir do próprio executivo do governo uma preocupação de tentar fazer um equilíbrio entre aqueles que tem um património acima do que é normal, ou seja, a classe média, está-se a falar de 1% de todas as pessoas que tem determinado património acima de



Assembleia Municipal de Caminha

determinado valor, ou seja, sabe-se que podemos acompanhar uma política que não vai castigar mais as famílias, mas, se perguntarem se as famílias vão diminuir o pagamento, isso não vai acontecer, em linha será o mesmo valor a pagar, mas, a expectativa do executivo é daquelas habitações que estavam isentas passem a pagar, e desse modo, julga o Senhor Presidente que a Câmara possa vir a ter um ligeiro acréscimo de receita. Para terminar voltou a frisar o Senhor Presidente que quando este executivo chegou à Câmara a taxa do IMI era dos maiores do Distrito de Viana do Castelo e no momento é o segundo mais baixo do Distrito de Viana do Castelo. E com aquilo que o executivo tem feito tanto com este imposto como com o IRS e com a taxa de resíduos que está ligada a fatura da água que se desceu e com a ultima medida de incentivo que se tomou para que os jovens até aos 35 anos, não paguem as taxas de ligação à rede de água e saneamento, este é um esforço grande que o executivo faz para tentar ir na linha da frente daquilo que deve ser o apoio as famílias.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto, e disse que optaram pela abstenção desta proposta, porque respeitam a decisão política que é da gestão e responsabilidade deste executivo. Disse ainda a Senhora Deputada que como o Senhor Presidente gosta de fazer a comparação com o passado ao afirmar que a taxa do IMI era a segunda mais alta, porém, neste momento a Câmara Municipal de Caminha é a única do Distrito que não paga a 60 dias e que não respeita os prazos médios de pagamento, tudo tem os seus custos conseguir garantir a receita.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à política nacional referente a tributação do património, disse a Senhora Deputada que ficarão expectantes para ver se estas previsões de baixa se mantem ou se vão penalizar os municípios, como o de Caminha.

O **Senhor Vitor Brás**, fez a seguinte declaração de voto e disse que era apenas para questionar, uma vez que a primeira parte da declaração de voto da Senhora Deputada Júlia Paula foi efetivamente uma declaração de voto, mas, porém, a segunda parte da sua declaração de voto foi claramente uma discursão política, o que não tem a ver com esta situação.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Projeto de Requalificação do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora – 2ª Fase – Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e respetiva Abertura de Procedimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Projeto de Requalificação do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora – 2ª Fase – Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e respetiva Abertura de Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo



Assembleia Municipal de Caminha

autorize a “Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e respetiva Abertura de Procedimento do Projeto do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora-2.ª Fase”.

A **Senhora Deputada Patricia Moreira**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Carrinha, congratulamo-nos com a iniciativa de avançar com a 2.ª fase de requalificação do Nó da Erva Verde. Esta obra vem no seguimento da 1.ª fase já concluída pelo anterior executivo.

A 2.ª fase da requalificação do Nó da Erva Verde era também uma preocupação e prioridade deste executivo da Junta de Freguesia, que por várias vezes deu conhecimento da necessidade urgente de intervir nesta zona. Por este motivo Senhor Presidente, em nome da Junta Freguesia, de todos os Ancorenses e principalmente dos moradores, esperamos o início para breve das obras.

No que diz respeito aos estaleiros implantados no quadrante sul do nó da erva verde, dizem respeito à iniciativa tomada pela Junta de Freguesia enviando vários ofícios à entidade responsável (Infraestruturas de Portugal) no sentido da requalificação dos dois viadutos que se encontravam em estado de degradação. A certa altura foi-nos comunicado que iriam enviar técnicos ao local para avaliar as nossas solicitações. Felizmente para todos nós os estaleiros hoje estão montados para iniciarem as obras de requalificação dos dois viadutos.

Desta forma a Junta de Freguesia tomou a iniciativa de enviar um email de agradecimento à Empresa Infraestruturas de Portugal”.

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Como todos sabemos, o Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora encontra-se em elevado estado de degradação e pouco ou nada funcional.

Realço a desorganização viária existente, o desgaste do pavimento, tanto dos passeios como das vias de circulação automóvel.

Constata-se igualmente, no período de outono e inverno, no que diz respeito a infraestruturas de águas pluviais a deficiência existência no local.

Com esta obra o Executivo, pretende eliminar o conflito existente nas ligações entre a Rua Miguel Bombarda, Rua Lourenço Rocha e EN13.

Prevê a requalificação e melhoria na acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida através de percursos pedonais dignos, passeadeiras sobre-elevadas, ou seja, niveladas ao nível dos passeios.

Claramente ajudando na prevenção e segurança, por serem inibidoras de velocidade excessiva.

Prevê esta requalificação, ainda, proporcionar um acesso mais dignificante com uma nova entrada pedonal da Ludoteca/biblioteca de Vila Praia de Âncora.

Não esquecendo naturalmente o melhoramento ao nível de sinalização, adequadas aos tempos atuais, falo-vos da sinalização vertical bem como da sinalização Horizontal.

Quero vos realçar a preocupação do executivo, mantendo e tendo em conta as zonas verdes, prevendo o melhoramento e requalificação das mesmas já existentes.

Claramente a nível urbanístico é uma obra importante, saúdo o Executivo pela visão estratégica e urbanística que diz respeito a esta matéria.

Ao nível das infraestruturas Hidráulicas, está previsto o melhoramento no Abastecimento de Água, Rede de Saneamento, bem como, das Águas Pluviais.

É uma renovação para se adequar às necessidades atuais da população, uma vez que as existentes estão claramente obsoletas.

Esta é uma obra que está orçada em cerca de 700 mil euros, uma obra que vai de encontro com os anseios dos Ancorenses.



Assembleia Municipal de Caminha

Este Executivo está de parabéns pela ousadia e coragem que demonstra em querer resolver mais um problema em Vila Praia de Âncora.

Os Ancorenses vão ver assim resolvido mais um problema que há muito os preocupava.

A bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta, naturalmente por concordar com a mesma, mas também por percebermos que esta é uma obra importante e estruturante para Vila Praia de Âncora”.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção da Senhora Patricia Moreira, como representante da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, disse que não se recorda, assim como não tem nenhuma nota da Junta de Freguesia ter mostrado interesse na realização desta obra. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo tem tido reuniões de trabalho com o encarregado geral do Vale do Âncora, o qual foi alertando para algumas situações, mas, da Junta de Freguesia não tem memória de alguma vez isso ter acontecido, admitindo o Senhor Presidente que isso até possa ter acontecido em alguma reunião.

Quanto as Infraestruturas de Portugal que estão a acontecer nos viadutos na estrada nacional n.º13, por vontade da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora é no mínimo temerário. Disse o Senhor Presidente apesar de terem chegado à Câmara ofícios, até mesmo da Junta de Freguesia de Âncora, pois este trata-se de um plano de intervenção das Estradas de Portugal e depois das Infraestruturas de Portugal, logo, este é um plano delineado com base na perspetiva, nas reuniões que tem havido ao longo de todos os anos, tanto das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais e até da própria necessidade de intervenção, quando atinge determinado tempo de limitação as obras, logo, é um contributo de todos. Disse ainda o Senhor Presidente que como a bancada do PSD gosta de referir que o Presidente da Câmara assume determinadas obras que não são suas, talvez seja um pouco temerário dizer que aquela intervenção específica que está em Âncora, que vai estar em Moledo, em Vilar de Mouros e Argela, que esta é uma intervenção que nasce da vontade da Junta de Freguesia, no entanto, o Senhor Presidente



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

agradece o contributo que a Junta de Freguesia terá dado para se poder ter este investimento tão importante.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, entre o Ministério da Educação e o Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de setembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, entre o Ministério da Educação e o Município de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, entre o Ministério da Educação e o Município de Caminha”.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Fernanda Viana**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“O PS congratula-se com o arranque da obra de requalificação e modernização da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, tão ansiada por todo o concelho de Caminha e pelo Agrupamento de Escolas Sidónio Pais. Finalmente, depois de quase uma década à espera, esta obra tem os alicerces para arrancar, desde o projeto, aprovado já em Reunião de Câmara, ao financiamento, garantido pelos Fundos Comunitários, pelo Ministério da Educação e pela Câmara Municipal de Caminha.

Queremos felicitar o Ministério da Educação. Esta obra esteve prevista na quarta fase das intervenções do Parque Escolar, mas com a entrada no Governo da coligação PSD/CDS foi esquecida. Caminha foi esquecida e a obra não foi feita. Esteve bem o Ministério e o Ministro Tiago Brandão Rodrigues, que conhece bem a escola, do tempo em que treinava e jogava andebol no pavilhão pelo Clube Andebol de Caminha e porque em campanha eleitoral, ao contrário de outros candidatos, fez questão de a visitar e de se comprometer com a realização das suas obras. O senhor Ministro cumpriu com Caminha e este acordo é a prova disso mesmo.

Queremos também felicitar a Câmara Municipal de Caminha e o seu Presidente, porque sempre apostaram na educação, na formação dos nossos jovens, na melhoria das condições de ensino para professores, estudantes e funcionários. Para além do investimento superior a 1 milhão de euros que a Câmara faz nas escolas do concelho, quer no apoio aos livros escolares, quer nas refeições ou transportes escolares, quer agora com a medida aprovada em Câmara de isenção de pagamento das Atividades de Animação e Apoio à Família em toda a escola pública do concelho, quer com a melhoria das instalações de diversos equipamentos como a Escola Básica e Jardim Infantil de Venade ou a Escola Básica de Caminha (em conjunto com a Associação de Pais), vem agora a Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

demonstrar que aposta no futuro da nossa comunidade. Quero salientar a diferença para com o passado: quando o Governo de Direita deixou cair as obras na escola de Caminha, por parte da Câmara não se ouviu uma palavra de protesto ou contestação, não se percebeu uma reação. Agora, o senhor Presidente consegue um investimento de cerca de 3 milhões de euros, para a Escola Básica e Secundária Sidónio Pais e, através deste protocolo, torna-se o dono da obra assegurando que ela será uma realidade. Lembro que 7,5% do valor total da obra é assegurado pela Câmara Municipal, outro tanto pelo Ministério da Educação, e os restantes 85% pelos fundos europeus do Programa Operacional Norte 2020.

Felicito em último lugar os pais, professores, alunos e funcionários do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais. A luta de anos está prestes a chegar ao fim. Teremos uma escola que, respeitando o projeto original, terá o acréscimo de 15 salas de aula novas, 2 das quais laboratórios, sem qualquer prejuízo para os necessários espaços ao ar livre. Será um conjunto escolar moderno, confortável e funcional, onde aprender continuará a ser um prazer, e que terá condições para acolher as próximas gerações de caminhenses, que sempre estarão reconhecidas pelas aprendizagens de excelência lá adquiridas”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de Voto:

“O PSD vota favoravelmente esta proposta ou qualquer outra que consubstancie a valorização e o investimento no Concelho, neste particular no equipamento e na comunidade escolar, desde que cumpridos todos os quesitos legais, nomeadamente a existência comprovada de fundos disponíveis;



Assembleia Municipal de Caminha

Fazemos, porém, questão de esclarecer e realçar que o que está a ser votado nesta proposta é para já e tão só um acordo de intenções;

Deste acordo de intenções, para além de se retirar e clarificar as respetivas competências e responsabilidades nomeadamente financeiras dos parceiros, resulta evidente do nº 5 da cláusula 4 que a concretização desta intenção depende em absoluto da aprovação da verba mais relevante e que efetivamente viabiliza a obra no montante de 2.479.518,00€, suportada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional do PO Regional Norte 2020;

Votamos favoravelmente não podendo, porém, deixar aqui o registo de preocupação de que:

- para além dos compromissos financeiros assumidos neste acordo pelo Município no total de €218.781,00, o numero 1 da clausula 3 estipula que o Município se responsabilize também pela execução dos respetivos projetos, nomeadamente de arquitetura que neste momento se cifra já em cerca de 90 mil euros;
- o numero 3 da cláusula 5 do mesmo acordo refere e cito: “o presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes”;

Votamos então favoravelmente esta intenção esperando que num futuro próximo estejamos a votar objetivamente a concretização desta obra, através dos quesitos legais e necessários, nomeadamente a garantia do seu financiamento e da capacidade financeira do Município para cumprir os compromissos assumidos neste acordo, sem os quais não será possível a efetiva concretização desta obra”.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse em modo de declaração de voto que vota favoravelmente a proposta apresentada porque este é um investimento direto num estabelecimento público do Concelho de Caminha e um investimento necessário ao longo de muitos anos que nunca foi efetuado;

Vota favoravelmente por ter sido este estabelecimento de ensino onde se formou e por conhecer as dificuldades que dia a dia alunos, professores, encarregados de educação e pessoal docente passam naquele estabelecimento;



Assembleia Municipal de Caminha

Vota favoravelmente porque este também foi um compromisso do PS, aquando as eleições legislativas com a presença do então candidato e atual Ministro da Educação, e estando presente nessa visita vislumbrou as dificuldades existentes e que agora poderão ser colmatadas.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Implementação de Sinalética nos Entroncamentos da Zona Empresarial das Laboradas com a Estrada da Trindade na Freguesia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de julho de dois mil e dezasseis, relativa à **“Implementação de Sinalética nos Entroncamentos da Zona Empresarial das Laboradas com a Estrada da Trindade na Freguesia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a implementação da sinalética de paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos – STOP (sinal B2) – nos entroncamentos da zona empresarial das Laboradas com a Estrada da Trindade, na Freguesia de Âncora, de acordo com foto-mapa anexo à informação dos serviços e que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Implementação de Sinalética Vertical- Freguesia de Argela

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de setembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**(Implementação de Sinalética Vertical- Freguesia de Argela)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a implementação da sinalética de paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos – (sinal B2) – na rua da Portelinha, junto ao entroncamento com a rua de Santa Marinha, no lado direito do sentido de trânsito e na rua de Alvariza, junto ao entroncamento com a rua de Santa Marinha, no lado direito do sentido de trânsito, na Freguesia de Argela, de acordo com foto-mapa anexo à informação dos serviços e que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H45M, do dia 24 de setembro de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)